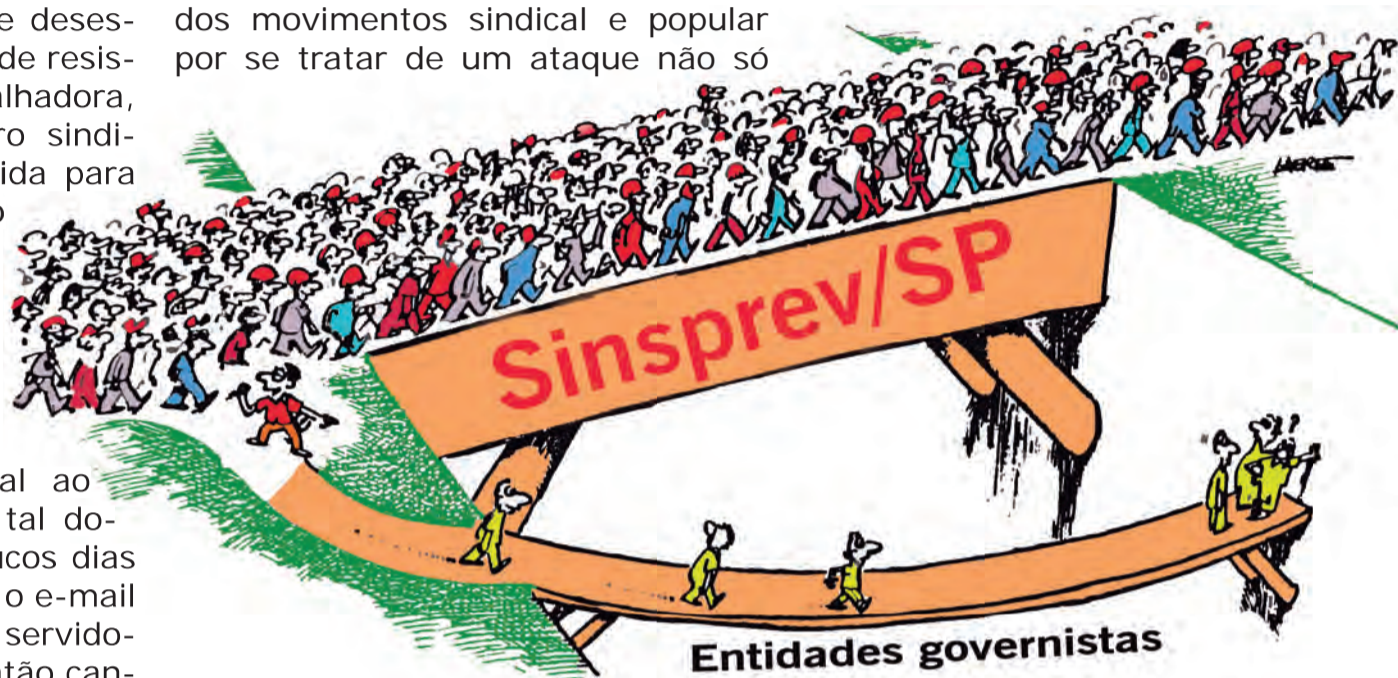


## Golpe: governo ataca Sinsprev/SP e categoria reage

**N**uma clara tentativa de desestruturar um dos focos de resistência da classe trabalhadora, o governo concedeu registro sindical a uma entidade já nascida para apoiar suas decisões, mesmo que isso implique em retirada de direitos da categoria que diz representar. Essa é a explicação para o Ministério do Trabalho e Emprego, que desde 1993 ainda não concedeu o registro sindical ao Sinsprev/SP, ter autorizado tal documento ao Sinssp que, poucos dias após o ter adquirido, utilizou o e-mail institucional para orientar os servidores do INSS a votarem na então candidata Dilma Rousseff.

A atitude do governo gerou reação imediata da categoria e de entidades

dos movimentos sindical e popular por se tratar de um ataque não só



a liberdade sindical do Sinsprev/SP, mas também por ceifar as organizações que não foram cooptadas e que

defendem os direitos dos trabalhadores que legitimamente representam. **Págs 2, 3 e 4.**

### DEBATE E DENÚNCIA DOS PRECONCEITOS MARCAM O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO SINSPREV/SP

#### SAÚDE

### Sinsprev/SP negocia pauta de reivindicações



*Em Mesa de Negociação Estadual o Sinsprev/SP reafirma a necessidade de GT para tratar de assédio moral e capacitação profissional. Pág. 6*

#### APOSENTADOS

### VI Encontro Estadual dos Aposentados



*Aposentados de todo o Estado de São Paulo debateram durante três dias suas reivindicações, provando que os sonhos não envelhecem. Pág. 12*

#### INSS

A precariedade no INSS chegou ao ponto de um rato morder um servidor na APS Santos. **Pág. 18**

#### JURÍDICO

O Sinsprev/SP começou a recolher a documentação para a ação plúrima do PCCS do INSS **Pág. 20**

#### ANVISA

Servidores da Anvisa elaboram plano de lutas para garantir seus direitos. **Pág. 7**

**Que em 2015 iniciemos um novo ciclo, com energias renovadas para luta em busca de melhorias das condições de vida e pela construção de uma sociedade justa e igualitária.**

# Mais um golpe do governo contra o Sinsprev/SP

Uma entidade composta por gerentes e membros do governo emitiu um comunicado à categoria informando que agora é “a única e legítima entidade sindical que representa os servidores do INSS, que é inclusive a única com registro sindical junto ao Ministério do Trabalho. Mas, única e legítima entidade pra quem? É a ÚNICA E LEGÍTIMA entidade sindical que representa os interesses do GOVERNO.

Tanto que, menos de uma semana depois do primeiro comunicado sobre a carta sindical, enviaram outro orientando os servidores a votarem na Dilma. Eles mesmos se desmascaram mostrando para que vieram. Sem nenhuma crítica, omitem todos os ataques que o governo do PT nos impôs nos últimos 12 anos: reforma da aposentadoria do servidor público com quebra da paridade, aumento da jornada de trabalho, gratificações produtivistas vinculadas a metas insanas, perda de metade do salário na aposentadoria, o assédio moral dos gerentes e o adoecimento dos servidores.

Sobre as eleições, o Sinsprev/SP se pronunciou no editorial do Jornal do SINSPREV/SP nº 288 discutindo que nenhuma das candidaturas com chances reais de vitória representavam os interesses dos trabalhadores. Nossa posição não é plantar ilusão eleitoral e sim organizar os trabalhadores para a luta pela garantia de seus direitos. Diferentemente dos oportunistas que dizem representar os servidores, mas perante o governo defendem e dão legitimidade aos seus projetos políticos anti-trabalhador, sustentados através de um sindicato composto por gerentes e detentores de cargos

de “confiança” do governo/chefias no INSS e outros órgãos federais.

A categoria já disse um sonoro NÃO a estes oportunistas capachos do governo, que em 2009 tentaram fechar o sindicato com uma liminar durante a realização do congresso estadual/Consinsprev, pois não possuíam legitimidade e coragem para fazer um debate político franco com os trabalhadores. Em Piracicaba, os trabalhadores do INSS e Saúde retomaram a Delegacia Regional que há anos estava sob o controle dos oportunistas do governo. Depois de serem rechaçados pela categoria, partiram para o desespero, tentando fundar outra entidade sindical, pois tinham a tarefa de convencer os servidores do INSS a trabalharem 8 horas e aceitarem pacificamente as gratificações produtivistas e os descontos no salário na aposentadoria.

Foram fragorosamente derrotados no congresso e não se contentando com a vitória da autonomia e independência dos trabalhadores, se organizaram novamente em uma entidade composta por gerentes e possuidores de cargos no governo para tentar mais uma vez dar um golpe no Sinsprev/SP. E, vergonhosamente, a máquina do governo, através do MTE simplesmente os favorece concedendo registro sindical em tão pouco tempo de existência e ignorando os quase 30 anos de existência do SINSPREV/SP. Esta entidade, que se diz nos representar, foi fundada numa assembleia estadual com menos de 100 pessoas (de uma base de cerca de 30 mil servidores sendo que a maioria dos presentes nesta assembleia eram gerentes do INSS). Esta ação, orquestrada com o governo do PT, foi para atacar a legítima e democrática re-

presentatividade do SINSPREV/SP, um sindicato histórico, que nasceu na luta, em plena ditadura militar, conquistando o direito dos servidores públicos de se organizarem em sindicatos. Ao longo deste período o SINSPREV/SP agregou 15 mil filiados e permanece na luta intransigente dos direitos e garantias dos servidores, independente de governos e patrões.

Esse expediente é um prenúncio das medidas que serão tomadas pelo governo Dilma contra os trabalhadores. É preciso mobilização e luta para reverter esse quadro.

Desde o mandato de Lula iniciado em 2002, o principal trunfo do PT para agradar os patrões, tem sido o controle sobre o movimento sindical combativo. Este controle se dá através de projetos que impõem divisão entre trabalhadores, diferenciações de jornada de trabalho dentro da mesma carreira, a criminalização das greves com demissões, descontos, intervenções do judiciário nas decisões dos trabalhadores (como liminar para impedir a greve de 2009), congelamento salarial que favorece o endividamento dos servidores como forma de coação, que por outro lado enriquece cada vez mais os bancos e financeiras. A criação de mais sindicatos e associações chancelados pelo governo é parte da ofensiva não só para dividir os trabalhadores, como para cooptar e privilegiar os pseudos dirigentes sindicais que cumprem a tarefa de aceitar pacificamente as más condições de trabalho, atendimento e salários cada vez mais perversos. A CUT, hoje correia de transmissão do governo dentro do movimento sindical, como várias outras centrais sindicais governistas e pró-patrões,

fazem este trabalho sujo, em troca de cargos no governo e do famigerado dinheiro do imposto sindical, rejeitado pela categoria em seus fóruns democráticos e combatido pelo Sinsprev/SP desde a sua criação.

A entidade que se diz legítima não passa de um sindicato a serviço dos interesses do governo e não daqueles que diz representar, os servidores. São os mesmos que em 2003 defenderam a reforma da previdência que intensificou a quebra da paridade, fim da aposentadoria proporcional, diminuição das aposentadorias/pensões e obrigou os servidores a permanecerem por mais tempo em atividade (55 anos/mulher e 60 anos/homem). Também em 2009 estavam percorrendo as APSs para convencerem os servidores a trabalharem 8 horas. Em nenhum momento se contrapuseram às práticas das chefias de intensificação do assédio moral contra os servidores exigindo metas de produtividade absurdas e inatingíveis. São os mesmos que nada fizeram frente ao ataque de criminalização da greve de 2009 que reivindicava a regulamentação das 30 horas para todos, paridade e incorporação das gratificações.

O Sinsprev/SP, há mais de 30 anos, defende as reivindicações históricas dos servidores como a autonomia e independência dos trabalhadores, a manutenção e ampliação de direitos. Agora querem nos empurrar goela abaixo outra entidade, chancelada pelo governo, que defende a produtividade, a retirada de direitos, às 8 horas, o arrocho salarial, que é contra a greve, ou seja, um sindicato a serviço dos interesses de governo, enfim: um sindicato patronal. **Não passarão!!**

**-SINDICATO É FERRAMENTA DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES;**

**NA DEFESA E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS;**

**- DEFENDA O SINSPREV/SP. FILIE-SE;**

**- PARTICIPE DAS ATIVIDADES E MOBILIZAÇÕES;**

**- EM DEFESA DAS 30 HORAS PARA TODOS;**

**- INCORPORAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES/PARIDADE ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS;**

**- FIM DO ASSÉDIO MORAL;**

**- PELA CONSTRUÇÃO DA CARREIRA NO INSS, SAÚDE, ANVISA, QUE GARANTA A PROGRESSÃO FUNCIONAL E VALORIZA A**

**FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES;**

**- CONTRATAÇÃO IMEDIATA DE NOVOS TRABALHADORES POR CONCURSOS;**

**- PAGAMENTO DAS AÇÕES JUDICIAIS EM EXECUÇÕES;**

**- SOMENTE UM SINDICATO COMPROMETIDO COM OS INTERESSES DOS**

**TRABALHADORES LEVARÁ ADIANTE A MOBILIZAÇÃO NECESSÁRIA PARA FAZER**

**FRENTE AOS ATAQUES DO GOVERNO;**

**- PELO DIREITO DE LIVRE ORGANIZAÇÃO E AUTONOMIA SINDICAL FRENTE AOS PATRÕES E AOS GOVERNOS.**

## MOBILIZAÇÃO

# Categoria e entidades repudiam ataque do governo ao Sinsprev/SP



FOTOS: MANOEL MESSINA

**Servidores reafirmam o Sinsprev/SP como seu legítimo representante**

**A** Assembleia Estadual realizada em 31 de outubro de 2014 teve início com o repúdio ao registro sindical concedido a uma entidade governista, composta por gerentes e membros do governo. Esse documento é reivindicado pelo Sinsprev/SP desde 1993. A entidade governista, inclusive, enviou comunicado à categoria informando que ela é "a única e legítima entidade sindical que representa os servidores do INSS", ou seja, para ela a representação está no Ministério do Trabalho e não na base da categoria, como o Sinsprev/SP. Poucos dias depois, essa mesma entidade governista utilizou-se do e-mail institucional para enviar comunicado orientando a categoria a votar na presidente Dilma.

Diversas entidades e movimentos compareceram à Assembleia para prestarem solidariedade e apoio na luta conjunta contra esse ataque do governo ao legítimo representante de uma categoria, como forma de tentar impedir a mobilização dos trabalhadores e frear as denúncias dos problemas de gestão que prejudicam os servidores e os serviços prestados à população.

Estiveram presentes ou enviaram nota de solidariedade ao Sinsprev/SP: CSP- Conlutas, Intersindical, Fenasp, Sintrajud, Sindsef, Pastoral Operária Metropolitana de SP, Oposição do

Sintaema; Alternativa Sindical Socialista, Frente Independente Popular, Convergência Socialista dos Trabalhadores e Outros Outubro Virão.

Após as manifestações de solidariedade ao Sinsprev/SP, a Assembleia Estadual prosseguiu com informes nacional, estadual e regional das negociações da pauta de reivindicações da categoria e dos problemas enfrentados pelos servidores nos locais de trabalho. Após os debates, a categoria deliberou:

### MOBILIZAÇÃO

- 26 de novembro: indicativo de Dia Nacional de Luta com Paralisação, acrescentando à pauta de luta, o repúdio ao ataque que o Sinsprev/SP está sofrendo do governo que forneceu Registro Sindical a um sindicato governista;

- Reafirmar a luta pela jornada de 30 horas para todos, orientando a categoria a não aceitar a imposição da jornada de 8 horas e, caso isso ocorra, que o servidor comunique imediatamente ao Sinsprev/SP;

- Exigir o mesmo espaço que outras entidades têm nos e-mails institucionais;

- Que o Sinsprev/SP continue lutando por seu Registro Sindical e denunciando a atitude do governo de



**Assembleia debate ataque do governo ao Sinsprev/SP**

conceder esse registro a uma entidade governista;

- Que a Diretoria Executiva do Sinsprev/SP agende reuniões dos Departamentos da Anvisa, INSS e Saúde para discutir a mobilização do Dia Nacional de Luta com Paralisação, em 26 de novembro de 2014;

- Apoio político e financeiro ao Sindicato dos Sapateiros de Franca que realizará eleição;

- Moção de Solidariedade ao Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte e Repúdio à Caixa Econômica Federal que moveu ação contra a entidade visando colocá-la na ilegalidade.

- Que o Sinsprev/SP contrate um engenheiro para realizar laudo nos locais de trabalho, em que for necessário, para que se possa encaminhar aos órgãos competentes denunciando a falta de segurança e condições de trabalho;

- Que continue a negociação para que o governo ressarça os servidores dos dias paralisados e mantida a decisão de Assembleia Estadual anterior para que o Sinsprev/SP não pague os descontos da paralisação do dia 15 de maio de 2014.

### CAMPANHA SALARIAL

- Que o Sinsprev/SP tenha participação ativa nos fóruns de Brasília para

discutir a Campanha Salarial 2015;

- Participar da campanha salarial dos servidores federais e não aceitar que sejam firmados acordos em nome dos trabalhadores sem que haja real participação deles;

- Que a direção do Sinsprev/SP responda à Delegacia Regional de Presidente Prudente os questionamentos formulados pelos conselheiros da região.

### INSS

- Que após a reunião da Fenasp com o presidente do INSS, Lindolfo Neto de Oliveira Sales, em 13 de novembro, a categoria delibere as formas de mobilização frente a IN 74 que não deixa claro a aplicação na caracterização do erro administrativo.

### SAÚDE

- Orientar os trabalhadores do Ministério da Saúde sobre o 5º ciclo de avaliação de desempenho para registrar discordância quando não concordar com pontuação inferior a 20 pontos;

- Que o Sinsprev/SP e suas Delegacias Regionais orientem os servidores do Ministério da Saúde a providenciarem cópias dos contracheques para a execução do PCCS da Saúde.

## Apoio ao Sinsprev/SP contra o ataque do governo

Acesse no site do Sinsprev/SP o abaixo assinado em defesa de seu sindicato e contra a intervenção do governo na organização sindical. Imprima e repasse aos demais colegas, remetendo as folhas assinadas ao Sinsprev/SP ou a sua Delegacia Regional.

Se preferir assine petição online.

Mais informações no [www.sinsprev.org.br](http://www.sinsprev.org.br)



## MOBILIZAÇÃO

# Entidades formam comitê de apoio ao Sinsprev/SP contra o ataque do governo



Entidades e movimentos apoiam Sinsprev/SP

Servidores e representantes de sindicatos e movimentos de esquerda lotaram o auditório do Sinsprev/SP na manhã do dia 21 de novembro de 2014 para manifestar o apoio incondicional ao Sinsprev/SP contra o ataque do governo que concedeu Registro Sindical a uma entidade que não é a legítima representante da categoria, tampouco possui a história e a trajetória de luta do Sinsprev/SP em defesa da categoria e dos trabalhadores em geral. Ao fornecer esse documento ao Sinssp, o governo, por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, ignorou a opção da categoria que fundou o seu Sindicato há 30 anos, primeiramente como associação, e em 1993 ingressou com o processo no Ministério do Trabalho para adquirir o registro sindical e, embora tenha cumprido inúmeras exigências, continue com seu processo sobrestado.

As entidades abordaram as estratégias do governo para cooptar os sindicatos e o ataque desenfreado a aqueles que não aceitam vender as conquistas e reivindicações das categorias que representam. Foram unânimes ao declararem a importância do Sinsprev/SP para todo o movimento de esquerda e sua posição de enfrentamento diante das medidas do governo para a retirada de direito dos servidores.

Diversas entidades expuseram os ataques que têm sofrido, como os metroviários de São Paulo que enfrentam

as demissões dos trabalhadores e uma multa milionária após a greve realizada esse ano, assim como as 180 demissões no IBGE, também após a realização de movimento paredista. O Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte também foi lembrado, pois após mais de 70 anos de história a Caixa Econômica Federal pleiteia sua extinção, assim como o Sindicato dos Sapateiros de Franca que enfrenta a criação de um sindicato patronal para representar os trabalhadores, bem como o Sintrajud que sofreu proibição de greve decretada pela categoria e ameaças de punições do ministro do TRE e os funcionários da Universidade do ABC que sofrem PADs pela participação na greve 2012, dentre outras.

A reunião tirou como encaminhamento a formação do Comitê em Defesa do Sinsprev/SP, congregando as entidades e movimentos, para traçar uma luta política em apoio às medidas tomadas nos campos jurídico e administrativo em defesa do Sinsprev/SP. Foi proposto também o restabelecimento da Coordenação Estadual dos Servidores Públicos Federais para enfrentar conjuntamente as ofensivas do governo no setor e dar ampla publicidade desses ataques no Fórum Nacional das entidades dos Servidores Públicos Federais.

As entidades se comprometeram em divulgar em seus boletins e jornais esse ataque e também o abaixo assinado em defesa do Sinsprev/SP.



Debate pelo direito à livre organização sindical

FOTOS: MANOEL MESSINA

## ENTIDADES E MOVIMENTOS QUE APOIAM O SINSPREV/SP

- Assibge – Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Federais de Geografia e Estatística
- Avançar nas Lutas
- Base Popular
- Coletivo Ana Montenegro
- Comitê do Jornal a Nova Democracia
- Convergência Socialista dos Trabalhadores
- CSP – Conlutas – Central Sindical e Popular
- ECLA – Espaço Cultural Latino Americano
- Fenametro – Federação Nacional dos Metroviários
- Fenasps – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social
- FIP/SP – Frente Independente Popular
- Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora
- Intersindical (Central da Classe Trabalhadora)
- Liga Operária
- LSR – Liberdade, Socialismo e Revolução
- MPL – Movimento Passe Livre
- MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
- Oposição do Sintaema – Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo
- Outros Outubros Virão
- Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
- PSTU- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
- Sindicato dos Metroviários de São Paulo
- Sindsef - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo
- Sintrajud – Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo
- Terra Livre
- Tribunal Popular
- UJS – União da Juventude Socialista
- Unidade Classista
- Unidos para Lutar

*- Pela Liberdade E Autonomia Sindical.  
- Pelo Direito Do Trabalhador Escolher Seu Legítimo  
Representante Sindical*

**MOBILIZAÇÃO**

**Dia Nacional de Luta**



Manifestação em frente ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde



Servidores e Sinsprev/SP em ato público na Superintendência do INSS

FOTOS: MANOEL MESSINA

Os servidores do INSS e da Saúde iniciaram o Dia Nacional de Luta, no mês de outubro de 2014, com manifestação em frente ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em São Paulo, encerrando as atividades em frente à Superintendência Estadual do INSS. A manifestação contou com a presença de servidores de diversas regiões do estado.

Nos dois atos públicos o Sinsprev/SP denunciou o sucateamento da Saúde Pública e da Previdência Social, bem como a institucionalização do assédio moral para obrigar os servidores a cumprirem metas não condizentes com a realidade tanto por falta de condições de trabalho como pelo número defasado de servidores.

O Sinsprev/SP também analisou

que, independentemente do candidato eleito para a Presidência da República no segundo turno, a classe trabalhadora irá perder direitos. Lembrou que a primeira Reforma Previdenciária ocorreu no governo FHC, porém a segunda foi realizada pelo governo Lula e em ambas o trabalhador foi prejudicado em seus direitos, como a quebra da paridade, exigência da idade mínima, fim da aposentadoria proporcional e especial e a imposição do fator previdenciário no Regime Geral. Além da criação do Funpresp – Fundo de Previdência Complementar do Servidor Federal, que ameaça a aposentadoria dos novos trabalhadores. O mesmo tendo ocorrido na área da Saúde Pública, cujo início da privatização do SUS foi no governo do PSDB, com

referendo do PT quando assumiu a Presidência.

Manifestações no Dia Nacional de Luta, convocado pela Fenasps, ocorreram em diversos estados. Os servidores estão unidos e mobilizados em torno das suas principais reivindicações:

- 1- Plano de Carreira para toda a base da Federação com:
  - a. Reposição das perdas salariais;
  - b. Incorporação das Gratificações;
  - c. Adicional de qualificação na Carreira;
  - d. 30 horas para todos;
- 2- Realização de Concurso Público;
- 3- Melhores Condições de Trabalho e o fim do Assédio Moral;

- 4- Em defesa do MI 880;
- 5- Em defesa da insalubridade;
- 6- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- 7- Contra a implantação do SUT – Sistema Único do Trabalho;
- 8- Contra o fechamento de postos da Anvisa nos Portos, Aeroportos e Fronteiras;
- 9- Fim do Fator Previdenciário;
- 10- Fim da alta programada;
- 11- Anulação da Reforma Previdenciária.

**O descaso com a população é o principal gerador falta de água**

Em ano eleitoral até a falta de água é tratada como inexistente, embora a população de grande parte do estado de São Paulo tenha sido obrigada a incluir baldes e galões em sua rotina.

O governador Geraldo Alckmin antes de ser reeleito no 1º turno se recusava a admitir a necessidade de um rodízio programado, negando que as cidades abastecidas pelo Sistema Cantareira pudessem ficar sem água. A Sabesp fez o jogo do governo paulista, não revelando a gravidade da situação e não admitindo a necessidade da implantação do rodízio programado.

Após o dia 5 de outubro, a Sabesp começou a apresentar alertas de que a cidade de São Paulo poderia sofrer com o desabastecimento total. Como forma de adiar o problema, recorreu a segunda reserva do volume morto e recentemente anunciou que a cidade passará a ser abastecida por esgoto tratado para o consumo direto da população.

Há dez anos, o governador foi alertado por ambientalistas da necessidade de planejamento e investimento em novas fontes de captação para evitar uma possível seca. No entanto, nada concreto foi feito nesses anos para prevenir o problema.

Uma década é prazo suficiente para realizar medidas de prevenção e obras, porém desde que ficou ciente da situação o governo insiste em não admitir que a falta de água seja motivo de alarde. Agora com o objetivo de tentar reverter o impasse anuncia obras emergenciais, solicitando mais recursos financeiros, bem como a desoneração de impostos como Cofins e PIS para as empresas de saneamento básico.

As obras que

o governo planeja realizar, em cima da hora, custarão bilhões aos cofres públicos e não solucionarão os problemas à curto prazo. No fim, quem acaba sofrendo com as duras consequências dessa situação é a

própria população, que sem saída se vê obrigada a pagar triplamente pela conta; seja por desoneração, racionamento ou até por ter que consumir uma água vinda do esgoto.



## SAÚDE

# Reivindicações são expostas na Mesa de Negociação de São Paulo

A Mesa de Negociação Permanente do Ministério da Saúde em São Paulo já realizou três reuniões desde sua instalação no mês de setembro. Nessas reuniões o Sinsprev/SP apresentou a pauta de reivindicações da categoria para iniciar os debates com o objetivo de solucionar o mais rapidamente possível os problemas enfrentados pelos servidores da Saúde.

Os representantes do governo consideraram que a Mesa Estadual não tem abrangência em alguns dos itens apresentados, como a questão da jornada de trabalho, relógio eletrônico e campanha salarial, ficando consensuado em desmembrá-los para remeter esses temas para a Mesa Nacional, em Brasília.

O Sinsprev/SP apresentou a necessidade de criação de grupos de trabalho para tratar do assédio moral e da capacitação profissional. Também questionou o desconto dos salários dos servidores em decorrência dos jogos da Copa do Mundo.

Sobre os cursos de capacitação, a bancada do governo informou que foi definida uma Política de Educação Permanente para 2015 a ser implantada junto aos servidores do Ministério da Saúde. O Sinsprev/SP solicitou que ela seja apresentada e discutida na

Mesa e com as entidades. Ficou definida que isso ocorrerá na próxima reunião.

Na proposta do Sinsprev/SP para a formação de um Grupo de Trabalho ou uma Comissão em São Paulo para discutir o assédio moral, foi acordado que o Sindicato apresente na próxima reunião documentação a respeito do assunto e que seja discutida proposta de como trabalhar essa questão, seja por GT, Comissão ou outras formas.

O Sinsprev/SP solicitou a reconsideração dos diversos descontos que os servidores vêm sofrendo. Foi colocado pelo SEGEP que por ser dado individual não se poderia discutir na Mesa. O Sindicato argumentou que precisam ser reconsiderados, pois os servidores estão sendo prejudicados. Ficou estabelecido que o Sinsprev/SP envie relação de nomes para o SEGEP para que seja avaliado cada caso para se tomar as providências necessárias.

O Sinsprev/SP também colocou os problemas enfrentados pelos servidores que trabalham na Várzea do Carmo com relação a segurança, transporte e a informação de que seria transformado em uma Organização Social. O Ministério da Saúde comprometeu-se em apresentar uma posição na próxima



FOTO: MANOEL MESSINA

## Categoria acompanha debates da Mesa de Negociação em São Paulo

reunião da Mesa de Negociação.

Com relação aos exames periódicos os representantes da bancada governista ficaram de apresentar uma proposta sobre a saúde do servidor do Ministério da Saúde.

A reunião foi finalizada com a discussão da liberação de ponto para exercício sindical. Os representantes do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde disseram que para as atividades sindicais, comunicadas previamente as chefias imediatas, a posição da instituição é a de garantir essa participação,

sem qualquer desconto ou reposição. Com relação a liberação para representantes da Mesa, estão aguardando posição da Mesa Nacional, mas que não haverá problemas nas atividades que se fizerem necessárias.

A próxima reunião da Mesa de Negociação Permanente do Ministério da Saúde em São Paulo será no dia 28 de janeiro de 2015.

Os servidores devem encaminhar reivindicações ou problemas que enfrentam em sua unidade para o e-mail: [saude.sinsprev@gmail.com](mailto:saude.sinsprev@gmail.com)

# Encontro Nacional da Seguridade Social

Os Servidores da Seguridade Social realizaram Encontro Nacional, em 11 de outubro de 2014, promovido pela Fenasp, para debater a pauta de reivindicações e as formas de luta da categoria.

Veja as principais deliberações:

**1-** Realizar Dia Nacional de Luta com paralisação no dia 26 de novembro de 2014 para pressionar o governo em defesa da pauta de reivindicações dos trabalhadores da Seguridade Social, do Seguro Social, do Trabalho e da Anvisa;

**2-** Manter a pauta atual da Fenasp e que contemple os seguintes itens:

**a-** Pagamento da insalubridade para todos corretamente;

**b-** Isonomia salarial com o INSS;

**c-** 30 horas para todos;

**d-** Paridade entre ativos e aposentados;

**e-** Contra o assédio moral nos locais de trabalho;

**f-** Não desconto dos dias que se referem à Copa do Mundo;

**3-** Que a Federação encaminhe documento ao Conad com reivindicação de extinguir o pagamento referente à participação dos gastos com a Geap;

**4-** Reverter por meio de ação judicial o aumento da contribuição da Geap previsto para 2015;

**5-** Continuar a luta pelo fim do SUT - Sistema Único do Trabalho;

**6-** Lutar pelo fim do assédio moral aos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego que executam suas funções com servidores dos municípios;

**7-** Garantir insalubridade aos servidores que trabalham diretamente com o público;

**8-** Cobrar do MTE vigilância nas agências para assegurar a integridade dos servidores que sofrem constantes ameaças;

**9-** Continuar a denúncia nos fóruns nacionais sobre o desmonte do MTE;

**10-** Exigir do governo a realização de concurso público para suprir a mão de obra realizada pelos funcionários das prefeituras;

**11-** Que os sindicatos estaduais assegurem a participação de representantes dos servidores do MTE nas reuniões do fórum permanente e nos demais fóruns que tratem do SUT;

**12-** Que os sindicatos estaduais encaminhem para os trabalhadores as de-

cisões do fórum permanente;

**13-** Que em todos os fóruns a Fenasp denuncie a intenção do governo em desestruturar o MTE com a implantação do SUT;

**14-** Que a Fenasp envie comunicados aos Núcleos Estaduais ou à Coordenação Geral de gestão de pessoas, em Brasília, para que antes de suspender o pagamento do aposentado envie correspondência notificando o prazo do recadastramento;

**15-** Providências em relação ao surto do vírus Ebola;

**a-** Melhores condições de trabalho para lidar com esta situação;

**b-** Valorização dos profissionais

**16-** Reinstalação do Comando Nacional de Mobilização da Fenasp;

**17-** Fazer mobilização na Câmara dos Deputados para garantir as emendas ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 472, de 2009, anterior PL 555/- que trata da aposentadoria especial dos servidores públicos. O PL 555 que trata do mesmo assunto foi anexado ao PLP 472/2009.

**18-** Fazer gestão junto à Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS) para

garantir o pagamento da insalubridade para todos e sugerir que se pague um adicional aos cedidos do SUS. Alguns municípios e Estados já recebem;

**19-** Elaborar documento contra a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) e protocolar nos ministérios, na Casa Civil e no Ministério do Planejamento;

**20-** Mobilizar os parlamentares contra o projeto de criação do SUT;

**21-** Que a Fenasp realize Encontro Nacional dos peculistas indicando assembleias estaduais para discutir o pecúlio;

**22-** Indicar a realização do 2º Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas (Ebapen-Fenasp) para os dias 4, 5, e 6 de dezembro;

**23-** Indicar aos sindicatos que realizem Encontro Estadual de aposentados e pensionistas, antecedendo o 2º Enapen-Fenasp;

**24-** Realizar Seminário Nacional sobre a Carreira do Seguro, Seguridade Social e Trabalho com a presença da Assessoria Jurídica da Fenasp;

**25-** Orientar aos Estados a não compensação dos dias parados no período da Copa do Mundo de 2014.

## SAÚDE

## Bancada sindical negocia pleitos da categoria em Mesa Nacional

Na 44ª rodada de reuniões da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, no mês de outubro, a bancada sindical iniciou questionando a não incorporação da VPNI/DPNI pelos trabalhadores do Estado da Paraíba e Alagoas. A coordenadora-geral de Gestão de Pessoas/MS, Elizabete Vieira Matheus, informou que a interpretação de um órgão fiscalizador não pode sobrepor a Lei, sugerindo que as entidades nacionais, dentre elas a Fenasps, elaborem pareceres sobre a questão.

No debate sobre a Gacen e a Gecen ficou acordado entre a bancada de governo e a bancada sindical a inclusão de texto na Portaria 929, impedindo às Secretarias Municipais de Saúde de descontarem das gratificações o deslocamento de servidor quando houver a necessidade de pernoitar em outro município.

### SAÚDE DO TRABALHADOR

Ficou estabelecido que o Projeto de Prevenção à Saúde dos Servido-

res, elaborado em Brasília, será modelo para todos os Núcleos Estaduais. Os representantes do Ministério da Saúde informaram que os exames periódicos deverão ser realizados pela Geap, uma vez que o processo anterior foi indeferido pela Advocacia Geral da União, obrigando o Ministério da Saúde a refazer todo o processo.

A bancada sindical foi informada de que a Coordenação de Gestão de Pessoas e o setor responsável pela elaboração de projetos estão elaborando questionário para diagnosticar o perfil de cada servidor, cujo resultado será publicado em formato de cartilha para conhecimento de todos.

### APOSENTADORIA ESPECIAL

Outro assunto discutido foi o Projeto de Lei Complementar que trata da aposentadoria especial dos servidores. Será agendada audiência com os relatores do projeto, com a participação das entidades nacionais, para discutir as emendas elaboradas pelo GT.

### INSALUBRIDADE

Perante a análise de alguns médicos do trabalho, os laudos técnicos deverão estar de acordo com o grau de risco onde o servidor desempenha suas atividades.

Em virtude da quantidade mínima de médicos nesta área lotados no Ministério da Saúde, foi discutida a possibilidade de manter o pagamento do adicional de insalubridade para todos os profissionais que atuam em área insalubre até que o Ministério da Saúde refaça todos os exames e analise o grau de contaminação desses servidores. As entidades nacionais ficaram de buscar dados sobre contaminação quanto ao uso de inseticidas.

### CEDIDOS

De acordo com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, já foi negociado com a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde a proposta de Emenda que deverá contemplar a jornada de trabalho dos servidores cedi-

dos ao SUS. A emenda visa permitir a esses servidores lotados nos hospitais e clínicas a obrigatoriedade de cumprimento de turno ininterrupto. Essa proposta foi fruto da grande mobilização dos servidores e sofrem forte pressão dos gestores a cumprirem jornada de 40 horas.

### SAÚDE INDÍGENA

A proposta do governo em transformar os Distritos de Saúde Indígena em Instituto de Saúde Indígena (INSI) não foi encaminhada ao Congresso Nacional, segundo a coordenadora Geral de Pessoas, Elizabete Matheus.

As entidades nacionais mantiveram posição contrária à criação deste Instituto, por entender que o Projeto nada mais é do que uma estratégia de privatização de um setor importante para garantia da Saúde Pública no país. A bancada do governo anunciou que no item da criação do Instituto não haverá consenso com a bancada sindical, já que são favoráveis ao projeto. (Ver pág. 8)

## BARRETOS

# Fórum Popular de Saúde propõe melhorias na saúde pública

As nefastas consequências do processo de privatização da saúde em curso por todo o país foi um dos pontos discutidos pelo Fórum Popular de Saúde na reunião com o secretário Municipal de Saúde de Barretos, Alexandre Stafy Franco, em dia 08 de outubro de 2014, e que contou com a presença da Sub Sede do Sinsprev/SP em Barretos. Na reunião foi entregue ao secretário a 2ª Carta de Reivindicações para cobrar melhorias na saúde pública.

A 2ª Carta de Reivindicações é uma construção coletiva de militantes, conselheiros, sindicatos e organizações populares que vêm lutando por uma saúde pública de qualidade, tanto no atendimento como na atenção primária da saúde com o objetivo de proporcionar melhores condições para os trabalhadores e para toda a população.

O secretário expôs que o município tem enfrentando dificuldades financeiras na área de saúde. Citou como

exemplo a intervenção na Santa Casa que por determinação do Ministério Público está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde. Ainda assim, o secretário disse que está prevista a ampliação do Programa Saúde da Família para atingir 60% de cobertura do município de Barretos.

O Fórum Popular de Saúde reivindicou a abertura de espaços de negociação com os trabalhadores da Saúde, junto a suas entidades sindicais, para a discussão das questões salariais e condi-

ções de trabalho. Também foi debatida a necessidade de fortalecer o Conselho Municipal de Saúde, com ampliação do controle social, por meio de Conselhos Gestores nas Unidades e Programas de Saúde.

Ao final da reunião o secretário se comprometeu a enviar a Carta, declarando que novas reuniões devem ocorrer. O Fórum Popular de Saúde também levará esse debate a outros setores e continuará acompanhando as questões relativas à saúde pública.

## Deliberações da reunião do Devisa

*No Encontro Nacional do Devisa, em 11 de outubro de 2014, os servidores da Anvisa deliberaram suas reivindicações que incluem o não fechamento do Posto no Aeroporto de Congonhas e treinamento para atuação nos casos do vírus ebola nas fronteiras do país:*

1- Entregar para a Coordenação de Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados (CVPAF/SP) o abaixo-assinado do aeroporto de Congonhas reivindicando a permanência da atual chefia do posto, Sônia Francisca;

2- Elaborar carta aos parlamentares que apoiam a mobilização contra o fechamento do posto da Anvisa no aeroporto de Congonhas;

3- Solicitar o andamento do pro-

cesso de cessão de servidores do Ministério da Saúde e Funasa para a Anvisa;

4- Solicitar o andamento do processo de cessão dos funcionários da Infraero para a Anvisa;

5- Marcar audiência com o vereador da cidade de Santos, autor da denúncia no Ministério Público Federal quanto ao número reduzido de servidores para as ações de Vigilância Sanitária no porto de Santos e ainda reuniões com os sindicatos envolvidos na ação do Mi-

nistério Público do Trabalho visando subsidiar ações do Devisa;

6- Garantir apoio jurídico e político dos sindicatos estaduais e direção da Fenasps nas ações do Devisa referentes à situação da epidemia do vírus do Ebola;

7- Interpor junto ao MPF ação para assegurar as devidas condições de trabalho aos servidores da Anvisa, procurando rever a proteção e prover-lhes devido treinamento para que possam realizar suas atividades referentes ao ví-

rus Ebola.

8- Assegurar o pagamento e manutenção do adicional de insalubridade/periculosidade para todos os trabalhadores da Vigilância Sanitária que atuam nos Portos, Aeroportos e Fronteiras da Anvisa;

9- Encaminhar ofício da Fenasps à equipe da SRT/MPOG, cobrando a continuidade e realização da implantação de Carreira Única para a Anvisa e demais agências reguladoras.

## SAÚDE

# Iniciado 5º ciclo de avaliação de desempenho

O quinto ciclo de avaliação de desempenho dos servidores da Saúde teve início no dia 1º de julho desse ano e seu término será em 30 de junho de 2015 para concordância ou discordância do servidor, porém nesse intervalo os trabalhadores devem elaborar a avaliação de desempenho individual, avaliação da equipe e autoavaliação. Os servidores cedidos terão apenas a avaliação da chefia avaliadora.

O servidor que não concordar com a pontuação em sua avaliação deve registrar a discordância e entrar com reconsideração.

Caso não seja atendido deve ingressar com recurso.

É importante ficar atentos às datas dos recursos para não perder os prazos e o direito a revisão da pontuação.

## Cronograma

### PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO 5º CICLO

Data início: 01/09/2014  
Data fim: 31/08/2015

Título ciclo: 5º ciclo - período real -  
01/07/2014 a 30/06/2015

Data início: 01/09/2014  
Data fim: 30/06/2015

#### TAREFAS - FASE 1

##### Tarefa Fase 01 - Planejamento

Data início: 01/09/2014  
Data fim: 25/10/2014  
Duração: 55

#### TAREFAS - FASE 2

##### Tarefa Fase 02 - Elaboração de Plano de Trabalho

Data início: 01/09/2014  
Data fim: 02/05/2015  
Duração: 244

#### TAREFAS - FASE 3

##### Tarefa Fase 03 - Monitoramento da avaliação de desempenho

Data início: 01/09/2014  
Data fim: 30/06/2015  
Duração: 302

#### TAREFAS - FASE 4

##### Tarefa Fase 04 - Prazo para realização da avaliação de desempenho individual, avaliação da equipe e autoavaliação

Data início: 02/02/2015  
Data fim: 29/05/2015  
Duração: 119

#### TAREFAS - FASE 5

##### Tarefa Fase 05 - Prazo para o avaliado tomar ciência do resultado da avaliação de desempenho individual, avaliação da equipe e autoavaliação

Data início: 02/02/2015  
Data fim: 01/06/2015  
Duração: 121

#### TAREFAS - FASE 6

##### Tarefa Fase 06 - Prazo para RECONSIDERAÇÃO do resultado da avaliação de desempenho individual, avaliação da equipe e autoavaliação pelo avaliado

Data início: 02/02/2015  
Data fim: 11/06/2015  
Duração: 131

#### TAREFAS - FASE 7

##### Tarefa Fase 07 - Prazo para apreciação do pedido de reconsideração pela chefia imediata/avaliador e membro da equipe

Data início: 02/02/2015  
Data fim: 16/06/2015  
Duração: 136

#### TAREFAS - FASE 8

##### Tarefa Fase 08 - Prazo para o avaliado tomar ciência do resultado do pedido de reconsideração

Data início: 02/02/2015  
Data fim: 17/06/2015  
Duração: 137

#### TAREFAS - FASE 9

##### Tarefa Fase 09 - Prazo para a interposição do pedido de RECURSO pelo avaliado

Data início: 02/02/2015  
Data fim: 29/06/2015  
Duração: 149

#### TAREFAS - FASE 10

##### Tarefa Fase 10 - Prazo para apreciação do pedido de recurso pela CAD

Data início: 02/02/2015

Data fim: 06/07/2015  
Duração: 157

#### TAREFAS - FASE 11

##### Tarefa Fase 11 - Prazo para ciência do resultado do recurso pelo avaliado

Data início: 12/02/2015

Data fim: 07/07/2015  
Duração: 148

#### TAREFAS - FASE 12

##### Tarefa Fase 12 - Prazo para processamento da avaliação de desempenho

Data início: 01/07/2015

Data fim: 31/07/2015  
Duração: 30

#### TAREFAS - FASE 13

##### Tarefa Processamento do arquivo com o resultado da avaliação

Data início: 31/07/2015

Data fim: 30/08/2015  
Duração: 30

## Ministério da Saúde propõe privatização da saúde indígena

**N**a ânsia de avançar ainda mais na privatização da Saúde Pública o Ministério da Saúde descumpra a Constituição e decisões judiciais ao propor a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena – INSI. Essa medida também contraria as resoluções da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, a OIT e a própria vontade dos índios. A proposta de uma entidade civil de direito privado aprofunda o processo de privatização/terceirização da saúde,

além de precarizar ainda mais a situação dos atendimentos.

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas foi estruturada como um subsistema de Atenção à Saúde Indígena, assegurando o direito à saúde, o acesso universal e equitativo vinculado ao SUS, reconhecendo as especificidades étnicas e culturais dos povos. Em 2010, a sua gestão passou para a Secretaria Especial de Saúde Indígena - Sesai, do Ministério da Saúde.

Dentre os argumentos utilizados

para a criação do INSI, destacam-se as alegações de dificuldades geradas pela exigência de licitações no âmbito da esfera pública e que o concurso público não atende às especificidades, diversidades da saúde indígena, ressaltando que os indígenas são contrários à realização de concurso público.

As afirmações governamentais são conflitantes com a realidade, diversas entidades ligadas ao movimento indígena têm se manifestado contrárias à criação do Instituto, por se tratar

de uma estratégia de privatização, em substituição à apresentação de uma proposta de concurso que dê conta da diversidade e especificidade.

A política de privatização da Saúde atinge todos os setores, retirando direitos dos trabalhadores e precarizando o atendimento à população e, em contrapartida, beneficiando o setor privado.

O Sinsprev/SP assinou, em conjunto com outras entidades, uma moção contra a criação do INSI e o avanço da privatização da saúde pública.

Fique informado das atividades de seu Sindicato e de toda à categoria.  
Acesse o site do Sinsprev/SP: [www.sinsprev.org.br](http://www.sinsprev.org.br)  
e curta a página no Facebook



## INSS

## Reivindicações são debatidas na Coordenação Geral de Pessoas

A Fenasps participou de audiência, no mês de setembro, com a coordenadora Geral de Pessoas, Mônica Arcoverde, para discutir assuntos de interesse da categoria como a concessão do adicional de insalubridade, aposentadoria especial e liberação para mandato classista.

No início da audiência a Fenasps debateu a questão do adicional de insalubridade, contestando a Orientação Normativa nº 6 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que determina sua manutenção apenas nos setores em que trabalhadores, por atribuições legais do cargo, estejam em permanente exposição por contato físico. A Fenasps expôs que existem situações no atendimento ao público nas APSs, Ministério do Trabalho e Anvisa em que os servidores ficam constantemente em contato com agentes biológicos que podem ser prejudiciais à saúde, além de que a ON desrespeita os laudos técnicos de ambiente do trabalho e o Regime Jurídico Único.

Em relação à aposentadoria especial

para quem trabalhou em condições especiais, a coordenadora afirmou que a publicação da Súmula 33 do Supremo Tribunal Federal não impede que seja feita a conversão em tempo de serviço do período trabalhado em condições insalubres até 1990, porém declarou que os servidores devem apresentar os contracheques e os laudos que amparam a concessão do adicional de insalubridade. A Federação contestou afirmando que a lei ampara a contagem para todos os servidores, ainda que estes não tenham laudos técnicos, citando, inclusive, o parecer do TCU orientando a União a pagar retroatividade de valores para cada situação que assim exigir.

### GREVE 2009

De acordo com o INSS, está sendo elaborada uma Nota Técnica para o MPOG comprovando que os servidores realizaram a reposição de todos os serviços acumulados no período da greve de 2009, bem como proposta

de devolução dos valores descontados. A Fenasps pediu resposta ao ofício do ressarcimento dos descontos da paralisação do dia 15 de maio desse ano. A coordenadora declarou que ainda não possui um parecer.

### TCU

A Fenasps questionou como serão executadas as orientações dadas pelo Tribunal de Contas da União acerca do relatório de auditoria, especificamente em relação à questão da GDASS e dos concursos públicos. Segundo a coordenadora, um grupo de trabalho composto por representantes do INSS, MPOG e Conjur, está elaborando a resposta conjunta ao TCU, onde o INSS deverá dizer se existe uma proposta para incorporar a gratificação, mas estão sujeitos aos limites orçamentários. Sobre a realização de concursos públicos, o INSS elaborou a Nota Técnica número nº 7, acatando a proposta da Federação de criar o cadastro de reserva, mas ainda não obteve resposta do Planejamento.

### AVALIAÇÕES

A Fenasps solicitou informações de como estão sendo realizadas as avaliações do turno estendido, cobrando do governo reunião com todos os membros da Diretoria Colegiada do INSS para tratar dos problemas enfrentados pelos servidores nos locais de trabalho, além de cobrar resposta da proposta apresentada para a Direção do INSS para realizar estudos que dimensionem os ritmos de trabalho e as consequências à saúde do trabalhador.

### LIBERAÇÃO

Outra questão levantada foi a liberação de ponto para o cumprimento de mandato classista. Segundo o INSS existem questionamentos por parte do Conjur/Planejamento se devem ou não manter os servidores liberados na folha de pagamento, mesmo que seja feito o ressarcimento. Uma posição do MPOG está sendo aguardada.

## Condenação judicial do INSS pode afetar servidor

O servidor do INSS deve repensar sua postura ao sofrer pressão da chefia para indeferir algum benefício ao invés de solicitar mais documentos para comprovar o direito requerido por segurado. Muitas chefias adotam essa postura, inclusive assediando moralmente o servidor, simplesmente para cumprir as metas impostas pela Administração do Instituto, sem levar

em consideração a legislação e o direito inalienável da população em ter acesso ao benefício.

Esse alerta do Sinsprev/SP é decorrente de recente decisão do Tribunal Regional Federal 2, que abrange os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que além de dar ganho de causa para a concessão do BPC-Loas -Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica

de Assistência Social, condenou o INSS ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 20 mil, "para compensar o sofrimento e evidenciar o caráter educativo da medida", por haver negado benefício para um garoto deficiente de três anos.

Em casos como esse, o INSS pode ingressar com uma ação regressiva contra o servidor que indeferiu o benefício, ou seja, o assédio moral e as metas ab-

surdas não serão levados em consideração e o servidor poderá ser condenado por não cumprir o que determina a lei.

O servidor que for assediado moralmente para deixar de cumprir a legislação ou mesmo em outras questões, deve denunciar sua chefia junto ao Sinsprev/SP para que o Sindicato intervenha no sentido de garantir os direitos dos servidores e dos segurados.

## Seminário sobre Terceirização

A criação da estatal EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) para terceirizar legalmente os trabalhadores e serviços públicos, bem como a gestão da Saúde por Organizações Sociais e a criação do SUT (Sistema Único do Trabalho) que prevê a entrega dos recursos do FGTS, do FAT e do Seguro Desemprego para gestão do setor privado foram os temas do Seminário sobre Terceirização, realizado hoje, 29 de novembro de 2014, na sede do Sinsprev/SP.

Para subsidiar os debates estiveram presentes a representante da Intersindical, Rita Pinto; o fonoaudiólogo terceirizado da saúde municipal da cidade de São Paulo no Programa da Família e militante da CSP-Conlutas e do Fórum Popular de Saúde, Jean Camargo Longhi; e o médico do pro-

grama Médico de Família e militante do Fórum Popular de Saúde, Felipe Bahia.

Os debatedores abordaram que frente a ofensiva do governo em cortar gastos para aumentar o superávit primário, as medidas atingirão todos os setores públicos, ou seja, ataque aos direitos dos trabalhadores e da população usuária e que, diante dessa ofensiva, torna-se urgente e necessário organizar uma luta de resistência para manutenção e ampliação dos direitos que incorpore os trabalhadores e a população usuária.

Foi aprovada a realização de um encontro no próximo ano com os movimentos sindical e popular para ampliar essa discussão e organizar as ações conjuntas, bem como a elaboração de uma cartilha sobre o tema para subsidiar o debate.



## INSS

## Fenasps cobra do presidente do INSS a revogação da IN 74

Para tratar dos efeitos nefastos da Instrução Normativa 74 sobre os servidores a Fenasps e seus sindicatos filiados, dentre eles o Sinsprev/SP, reuniu-se com o presidente do INSS, Lindolfo Neto de Oliveira Sales, e diversos integrantes do quadro administrativo do Instituto, em 14 de novembro de 2014.

Os representantes da Fenasps expuseram aos presentes os problemas analisados pelos servidores sobre os ataques previstos na IN 74 e cobraram o motivo dela ainda não ter sido revogada ou suspensa, conforme acordado em audiência anterior.

A Federação destacou a interpretação legal da IN 74, permitindo cobrança administrativa e gerando total insegurança ao ambiente de trabalho, pois autoriza ao Monitoramento Operacional de Benefícios (MOB) a cobrança prévia, mesmo que as discussões processuais prossigam até as últimas instâncias dos tribunais superiores. Informou aos presentes que nas assembleias realizadas em todo o país os trabalhadores não aceitaram a implantação de novos procedimentos que aumentem as

pressões sobre os servidores, principalmente se houver mudanças imediatas nos procedimentos e serviços, como a implantação de um sistema de revisão, mudanças nos indicadores do turno estendido e alteração imediata nos procedimentos de atendimento por tempo.

A Fenasps argumentou que os servidores atendem mais de 5 milhões de segurados agendados pelo call center 135, outros 10 milhões pelo atendimento espontâneo e, conforme consta no relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União, os servidores do INSS concedem anualmente seis milhões e trinta e sete mil benefícios e, segundo o IBGE, hoje já existem mais de 78 milhões de brasileiros inscritos no Sistema Previdenciário, todos cidadãos de direitos que vão procurar atendimento nas Agências da Previdência Social. Declarou ser inaceitável que a Direção do INSS não tome medidas para melhorarem as condições de trabalho e que não construa um processo seguro para os servidores exercerem suas atribuições sem se sujeitarem ao risco de perderem todo

seu patrimônio.

O presidente do INSS disse que havia se comprometido a fazer o debate sobre a IN 74 e que poderia compor grupos de trabalho para tratar das questões afetas aos problemas do INSS, porém não se comprometeu com nenhuma medida imediata para minorar o problema, como autorizar que as APSS possam fechar um dia por mês para que os servidores discutam a legislação, autorizar que os servidores possam fazer reanálise ou concessão de benefícios pelo período de uma hora diária ou mesmo um dia por semana ou criar um sistema de revisão dos processos de concessão. Além disso, considerando ser esta instrução normativa controversa, seria importante que fosse colocada em consulta pública para análise e posicionamento da categoria.

Em seguida houve um grande debate sobre as demandas e problemas envolvendo o processo de trabalho, a IN 74 e demais questões apresentadas. Como as questões se desdobraram e não houve acordo sobre qual seria os encaminhamentos, as entidades e os integrantes do governo se reuniram

separadamente para tentar buscar acordo. No retorno da reunião, os representantes da categoria solicitaram que o governo responda por escrito às reivindicações para, oportunamente, realizar nova reunião na busca de solução aos problemas existentes no INSS.

A Fenasps cobrou, ainda, a imediata realização de concurso público para repor o quadro de pessoal e o pagamento retroativo do adicional de insalubridade. Nesse ponto o diretor de Gestão de Pessoas informou que a DGP está aguardando autorização do Ministério do Planejamento sobre a nota técnica que requereu a realização do concurso.

Sobre insalubridade, o parecer do INSS concordando com a concessão do adicional está na Conjuntura do Ministério do Planejamento para dar retorno. Se a posição for contrária, quem deverá definir a questão será a Advocacia Geral da União.

Finalizando a reunião, a Fenasps informou que está aguardando posicionamento do INSS sobre as reivindicações para encaminhar ao debate na categoria.

### ENGODO

## Política do bate e assopra do INSS coloca servidor em risco

Ao mesmo tempo em que edita a Instrução Normativa nº 74 permitindo cobrança do servidor de eventual erro administrativo que tenha cometido, o INSS divulga a “Cartilha de Defesa dos Servidores”, elaborada pela Procuradoria Federal junto ao INSS, como se ela fosse a tábua de salvação da categoria em sua defesa.

Numa rápida leitura desse material o servidor pode observar que não passa de um engodo para tentar acalmar a categoria que já se manifestou contrária a IN 74, por responsabilizar o ser-

vidor por erros muitas vezes cometidos pela falta de infraestrutura do próprio INSS.

Logo na primeira página a cartilha enaltece a própria Procuradoria, dizendo que com ela o servidor se sente mais seguro, pois tem “o mérito” de responder “com esmero pelo apoio e defesa dos servidores, garantindo o fiel e correto desenrolar dos procedimentos no INSS”.

Por outro lado, a todo momento a cartilha remete o direito ao servidor ser defendido por um procurador federal a

requisitos da AGU, Legislação e até ao presidente do INSS formalmente manifestar o interesse de intervir no processo administrativo perante o Conselho de Classe ou, mesmo, no inquérito policial. Em outros momentos, afirma que se o “assunto for muito importante para o INSS, seu chefe pode conversar com o gerente-executivo para que analise com a Procuradoria a possibilidade um acompanhamento”. Há, ainda, o requisito que é necessário o procurador chefe ou responsável pela unidade avaliar se o caso é de relevância e interesse

público, ou seja, a intervenção da Procuradoria Federal na defesa do servidor sempre estará atrelada a sua própria vontade, ou não, e na da Instituição, mesmo que essa, por falta de condições de trabalho e de pessoal, tenha levado o trabalhador a incorrer em erro.

O Sinsprev/SP alerta todos os servidores do INSS a não caírem nesse engodo que o Instituto tenta criar para desmobilizar a categoria na luta de seus direitos e contra a IN 74. Não há nenhuma proteção ao servidor, caso não seja de interesse da Instituição.

## Produtividade e Avaliação de Desempenho

No Seminário Produtividade e Avaliação de Desempenho, promovido pelo Sinsprev/SP, no mês de novembro, foi debatida a perversidade de vincular o salário do trabalhador a metas de produtivistas como forma de exigir que sua produção esteja muito além de sua capacidade física e mental.

Os palestrantes qualificaram esse sistema de nefasto por colocar o lucro acima da dignidade humana, frisando que a luta não é para não haver avaliação, mas para que ela garanta a me-

lhoria da qualidade do serviço público, sem submeter o servidor a metas cada vez maiores e sem que o governo dê as condições necessárias para tanto.

Para abordar o tema com a categoria, realizaram palestras o servidor do INSS e militante da CSP- Conlutas, Fábio Antônio Arruda, o bancário e militante da Intersindical, Antônio Carlos Victório; o diretor da Fenasps e militante do Alicerce, Hélio de Jesus Santos; e o servidor do INSS e militante do Avançar nas Lutas, Eduardo Aparício Franco.



## MOBILIZAÇÃO

# Conselho de Representantes

*O Conselho de Representantes do Sinsprev/SP realizou reunião, em 22 de novembro de 2014, para encaminhar as reivindicações da base da categoria. Após os informes e debates foi deliberado:*



Conselheiros de todo o estado na sede do Sinsprev/SP



Categoria expõe as dificuldades nos locais de trabalho

### MOBILIZAÇÃO

- Realizar atos públicos em Brasília pela paridade nas negociações para enfrentar a crise;
- Fazer movimentos nos meses de março e abril de 2015;
- Formar um grupo de servidores para fazer manifestação em locais de trabalho que estão sofrendo represália e pressão de chefias. Isso já foi realizado algumas vezes com resultado positivo.

### INSS

- As assistentes sociais da GEX São José do Rio Preto estão sendo constrangidas a desvio de função, tendo de deixar de fazer o serviço social para atendimento administrativo, que não está no Manual Técnico do Serviço Social;
- Exigir do governo que as reuniões técnicas para atualização de normas de serviço do INSS sejam com o fechamento das Agências.

### SAÚDE

- Que o Sinsprev/SP verifique o que acontecerá com os cedidos caso a Várzea do Carmo passe a ser dirigida por uma Organização Social;
- Solicitar junto a SPTrans para uma implantação de linha circular para o ambulatório da Várzea do Carmo, pois é um lugar muito perigoso, além de lutar para que o fechamento do ambulatório seja às 18h00;
- Propostas para Mesa Setorial da Saúde em São Paulo, dia 26 de novembro,

às 14 horas:

- a**-Liberação de cópias de contracheques para cálculo do PCCS (ofício já entregue no dia 1º de setembro de 2014 pelo Sinsprev/SP), e que o Sinsprev/SP e suas Delegacias Regionais orientem os servidores a já comecem a juntar os seus contracheques para caso a Administração não os forneça (**De janeiro de 1987 a dezembro de 1990**). E que o Sinsprev/SP faça uma reunião com o escritório de advocacia que cuida dessa ação;
- b**-Paridade entre ativos e aposentados;
- c**-Pagamento da insalubridade para todos;
- d**-Melhoria nas condições de trabalho e fim do assédio moral pelos gestores;
- e**-Descontos no salário provocado pelo relógio eletrônico e que o servidor seja avisado com antecedência para que ele possa se defender;
- f**-Cursos de capacitação para os servidores ativos;
- g**-Devolução da VPNI;
- h**-Concentração dos servidores no auditório do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde na hora da reunião.

### INSALUBRIDADE

- Que seja encaminhada a luta para manutenção dos pagamentos da insalubridade e estendida a todos que trabalham em unidades insalubres, juntando documentação que comprovem a insalubridade para encaminhar ao Sinsprev/SP para que sejam tomadas as medidas necessárias;
- Que seja mantida e garantida a insalubridade no grau indicado pelo perito

médico dos locais de trabalho, para todos os trabalhadores da Saúde (médicos, paramédicos e administrativos) e que o rebaixamento ou a negativa sejam encaminhadas e denunciadas nas Mesas de Negociação Local e Nacional.

### ATIVIDADES

- Que Sinsprev/SP participe do I Seminário Nacional de Mulheres Negras do Quilombo Raça e Classe da CSP Conlutas, nos dias 27 e 28 de novembro de 2014, no Rio de Janeiro, com a proporcionalidade de participação aprovada no Congresso
- Seminário sobre a Saúde no mês de dezembro ou o mais breve possível, sendo a divulgação com antecedência no site do Sinsprev/SP;
- Seminário sobre assédio moral, criminalização do servidor e PAD.

### CADASTRO

- Que a Secretaria de Administração do Sinsprev/SP faça um levantamento de filiados, tendo em vista que muitos recebem o jornal e não são filiados e na hora de receber ações judiciais têm problemas e o Sinsprev/SP deixa de arrecadar;
- Que o Sinsprev/SP faça um levantamento urgente da desfiliação de seus filiados, pois há muitos casos que isso ocorre a revelia do servidor.

### JURÍDICO

- Que a Diretoria do Sinsprev/SP

estabeleça parâmetros para serem remetidos a próxima reunião do Conselho de Representantes ou Assembleia, quanto a atuação do Departamento Jurídico do Sinsprev/SP na defesa de servidores (INSS, Saúde e Anvisa) envolvidos em PADs e processos decorrentes de ação da Polícia Federal.

### REGIONAIS

- Referendar decisão do Conselho de Representantes de criação das Delegacias Regionais do Sinsprev/SP no ABC e em Jundiaí, cuja eleição da primeira diretoria de Jundiaí será dia 29 de novembro de 2014.

### Conselho

- Adequação/substituição dos cargos vagos no Conselho de Representantes do Sinsprev/SP, onde ocorreu vacância pelo fato do representante não ser mais da base onde foi eleito, com eleição nos locais de trabalho e apresentação da ata de eleição na próxima reunião do Conselho de Representantes;
- Que as atas sejam disponibilizadas no site do Sinsprev/SP ao término das atividades;
- As reuniões do Conselho de Representantes do Sinsprev/SP serão iniciadas às 10h00.
- A próxima reunião do Conselho de Representantes será no dia 31 de janeiro de 2015, às 10h00, na sede do Sinsprev/SP.

*Servidor:  
Não aceite o assédio moral.  
Denuncie. Procure o Sinsprev/SP*

## APOSENTADOS

# Manifestação pela paridade



FOTOS: MANOEL MESSINA

Aposentados saem às ruas por seus direitos

Um dia antes da abertura do VI Encontro Estadual dos Aposentados o Sinsprev/SP realizou, em 21 de novembro de 2014, um ato público no saguão da Superintendência do INSS para reivindicar a paridade entre ativos e aposentados, bem como a incorporação das gratificações de produtividade. A manifestação con-

tou com a presença de servidores ativos e aposentados de diversas regiões do estado.

Em decorrência da manifestação, a superintendente interina do INSS, Aparecida Reis, recebeu uma comissão formada pela Diretoria Colegiada do Sinsprev/SP e da Fenasp que puderam expor os problemas que os ser-



Aposentados ocupam saguão da Superintendência do INSS

vidores aposentados enfrentam após dedicarem uma vida toda a prestação do serviço público, acabando com seus proventos reduzidos em até 50%. Também foi levantada a questão do colapso no INSS por falta de concurso público.

Ao final da reunião um documento contendo as reivindicações dos apo-

sentados foi protocolado e enviado para os Ministérios da Saúde, Previdência Social, Planejamento e para a Presidência da República. Durante o ato público os servidores reivindicaram justiça e paridade, destacando que não são "materiais descartáveis" e que irão sempre continuar lutando pelos seus direitos.

# Encontro dos Aposentados

*Aposentados de todas as regiões São Paulo participaram, no mês de novembro, do VI Encontro Estadual dos Aposentados do Sinsprev/SP. Aproximadamente 200 servidores debateram por três dias os problemas que envolvem essa parcela da categoria, realizaram análise de conjuntura e participaram de palestra sobre a saúde na terceira idade.*

*Em breve o site do Sinsprev/SP disponibilizará as resoluções desse encontro.*



Mesa de abertura do VI Encontro Estadual dos Aposentados do Sinsprev/SP



Paridade entre ativos e aposentados está entre as principais reivindicações



Todas as regiões do estado de São Paulo foram representadas



Mesa sobre análise de conjuntura visando a crise de 2015

## APOSENTADOS

## CAMPINAS

## Dívida Pública X Aposentadoria



FOTOS: MANOEL MESSINA

Debate sobre a Auditoria da Dívida Cidadã, em Campinas



Giulia Piero expõe o impacto da dívida nas aposentadorias

A vinculação da dívida pública brasileira com a criação de dificuldades e retirada de direito dos servidores para adquirirem a aposentadoria foi a principal linha de debate do Seminário - Aposentadoria do Servidor Público: Mudanças na Legislação. Em que Lei me Enquadro?, promovido pela Delegacia Regional do Sinsprev/SP em Campinas, em 18 de outubro de 2014.

Para mostrar essa correlação participaram as integrantes do movimento Auditoria Cidadã da Dívida, Carmen Cecília Bressane e Giulia Piero, que iniciaram a palestra expondo o paradoxo brasileiro de ser a sétima economia mundial e ao mesmo tempo deter a terceira pior distribuição de renda do mundo, ocupar o 85º lugar no que se refere aos Direitos Humanos e estar em 128º no ranking do crescimento econômico, medido pelo FMI – Fundo Monetário Internacional.

Na opinião delas, a principal explicação para esse paradoxo está na própria execução do Orçamento Geral da União. Segundo apresentaram, em 2013, de um total de R\$ 1,783 trilhão do Orçamento, 40,30% foram destinados ao pagamento dos juros e amortização da dívida, ou seja, R\$ 781 bilhões, enquanto a Previdência Social ficou com apenas 24,11% e a Saúde com o vergonhoso índice de 4,29%. Para agravar ainda mais a situação, a

previsão é a de que em 2014 os juros e amortização da dívida abocanharão uma parte ainda maior do Orçamento da União, 42,04%, enquanto a Previdência e a Saúde terão suas parcelas reduzidas para 19,87% e 4,11% respectivamente.

As palestrantes utilizaram os gastos da Copa do Mundo no Brasil para exemplificarem o quanto esses números têm consumido dos direitos da população brasileira: A Arena Corinthians, conhecida como Itaquerão, consumiu R\$ 1 bilhão para sua construção, porém os R\$ 718 bilhões destinados ao pagamento dos juros e amortização da dívida, somente no ano de 2013, permitiria a construção de dois Itaquerões por dia durante todo o ano.

Com relação a Previdência Social, as representantes da Auditoria Cidadã da Dívida são categóricas em afirmarem a inexistência de déficit, como insiste em declarar o governo brasileiro. Salientaram que essas distorções ocorrem porque no jogo dos números apenas a receita proveniente da folha de pagamento é computada, deixando de lado a Confis, PIS/Pasep e outros tributos previdenciários específicos.

Abordaram também que as sucessivas reformas previdenciárias que impuseram uma série de dificuldades aos trabalhadores públicos e privados para adquirirem o direito à aposentadoria, nada mais é do que o cumprimento da

Carta Compromisso assinada pelo governo brasileiro com o FMI, em 1998, como meio de impor aos trabalhadores a adesão ao sistema de fundos de pensão, beneficiando ainda mais o capital privado.

## INSS

No campo específico dos trabalhadores públicos, a Delegacia Regional do Sinsprev/SP em Campinas observou que aproximadamente 15 mil servidores do INSS têm condições para solicitar a aposentadoria, porém continuam na ativa para não terem seus salários reduzidos em até 50% em decorrência do corte de 50 pontos das gratificações produtivistas, além da não contagem do período insalubre, da retirada do abono permanência e da inexplicável regra do aposentado público ter descontada a previdência. A Regional do Sindicato salientou que a questão não será resolvida meramente na esfera jurídica, mas sim no campo político, com participação ativa dos trabalhadores na luta para seus direitos não serem moeda de troca no pagamento de uma dívida que não contraíram.

## AUDITORIA

A Auditoria Cidadã da Dívida foi criada em de 2001 após plebiscito organizado por entidades dos movimen-

tos sindical e popular em todo país. Mais de 6 milhões de pessoas em 3 mil municípios votaram pelo não pagamento da dívida sem a realização de uma auditoria para investigar sobre sua origem e motivos.

As representantes do movimento destacaram que somente essa auditoria será capaz de determinar o real volume dessa dívida e em quais circunstâncias ou até mesmo se foi contraída. Citaram como exemplo concreto da importância desse levantamento a auditoria realizada, em 2009, pelo Equador, com a participação de especialistas de diversos países, inclusive representantes da Auditoria Cidadã da Dívida, cujo resultado foi de que somente 30% dela foram realmente contraídos. O governo equatoriano assumiu que pagaria apenas essa porcentagem a seus credores e, a partir daí, o país começou a crescer, pois 70% do valor destinado ao pagamento da dívida passaram a ser investido no próprio país.

Os dados apresentados pelas representantes da Auditoria Cidadã da Dívida demonstraram que mesmo com as raras referências do governo, dos políticos e da grande mídia aos R\$ 4,1 trilhões da dívida pública, o capital estrangeiro e o FMI são os que ainda continuam ditando as regras da economia brasileira, retirando direitos dos trabalhadores e sucateando os serviços públicos para beneficiar os grandes investidores.

## PCCS Saúde

Após vencidos inúmeros recursos apresentados pela AGU (Advocacia Geral da União) para protelar a ação do PCCS da Saúde, o Sinsprev/SP deu início aos procedimentos para a execução. Para a elaboração dos cálculos foi requerido junto aos Recursos

Humanos do Ministério da Saúde em São Paulo os holerites de março de 1987 a dezembro de 1990, período a ser executado nessa ação.

O Núcleo do Ministério da Saúde em São Paulo tem alegado dificuldades para fornecer todas as fichas financeiras, mas nossos ad-

vogados estão apresentando alternativas que resultem em acordo.

É importante lembrar que não poderão fazer parte dessa execução os servidores que possuem ação com o mesmo pedido através de outro advogado ou que já receberam algum valor em relação ao

PCCS. A previsão é que a partir de fevereiro de 2015 sejam solicitados os documentos necessários para a execução, que serão recebidos por ordem alfabética, para tanto deve-se aguardar mais informações do Sinsprev/SP.

## APOSENTADOS

# Regras para aposentadoria do servidor público

**O** Seminário - Aposentadoria do Servidor Público: Mudanças na Legislação. Em que Lei me Enquadro?, promovido pela Delegacia Regional do Sinsprev/SP em Campinas (pág. 8) também contou com a presença do advogado do Sindicato, Cássio Lavorato, que abordou as mudanças principais na legislação da aposentadoria. Iniciou abordando sobre a criação do Regime Jurídico Único, por meio da lei 8112, em dezembro de 1990, quando a grande maioria dos servidores deixou de ser celetista para ser estatutário, de forma obrigatória, com a previsão de aposentadoria levando-se em conta somente o tempo de serviço estabelecido pela Constituição Federal de 1988, em que a aposentadoria seria integral com 30 anos de serviço no caso das mulheres e 35 anos para os homens.

O advogado lembrou que a primeira grande mudança após a implantação da lei 8112 decorreu em 1998 com aprovação da Emenda Constitucional nº 20, ainda no governo FHC. A partir dela, os trabalhadores além da exigência do tempo de serviço têm de ter a idade mínima para requerer a aposentadoria, de 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher, prejudicando os que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho. Motivo pelo qual muitos servidores se aposentaram proporcionalmente antes da edição dessa emenda.

Os direitos dos servidores foram atacados novamente em dezembro de 2003, no governo Lula, com a publicação da Emenda Constitucional nº 41 que criou, dentre outras, as regras de transição, abrindo a possibilidade de antecipar a aposentadoria aplicando fatores de redução dos proventos, conforme disposto em seu artigo 2º. De acordo com o advogado do Sinsprev/SP, hoje essa é a pior opção de aposentadoria, uma vez que além de ter os seus proventos reduzidos, o servidor perde a paridade, ou seja, passa a ter os seus reajustes pelos índices do Regime Geral e não mais pelo da Carreira e, segundo o

artigo 6º, é possível fazer a opção pela aposentadoria integral, garantindo a integralidade e a paridade, sendo que a gratificação se dará sobre as regras estabelecidas para cada Carreira. No caso dos servidores da Saúde, INSS e Anvisa apenas 50% dos seus valores, desde que preencha cumulativamente as seguintes condições: 60 anos de idade se homem, 50 anos mulher; 35 anos de contribuição homem, e 30 mulher; 20 anos de efetivo serviço no serviço público; 10 anos de carreira e cinco anos de efetivo serviço no cargo em que se der a aposentadoria

Sobre as aposentadorias por invalidez, a partir da emenda constitucional 41, o advogado do Sinsprev/SP lembrou que ela retirava os servidores da carreira, ou seja, perdia a paridade e tinha seus reajustes de acordo com o Regime Geral, porém a EC nº 70, de março de 2012, no governo Dilma, corrigiu parte dessa injustiça e os servidores que se aposentarem hoje por invalidez e ingressaram no serviço público até dezembro de 2003 terão os seus proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo, desde que seja invalidez permanente em decorrência de acidente do trabalho, moléstia profissional ou doença grave contagiosa ou incurável, sendo as demais proporcionais ao tempo de progressão. Não se aplicando para aqueles que ingressaram no serviço público a partir de janeiro de 2004, mas um projeto de emenda constitucional, PEC 170/12, já foi aprovado pela Comissão de Justiça para garantir a aposentadoria integral a todos os servidores públicos aposentados por invalidez, o que beneficiaria os que ingressaram no serviço público a partir de 2004, como também aqueles que se aposentaram por invalidez até dezembro de 2003, que apesar de permanecerem na carreira, tiveram suas aposentadorias proporcionalizadas.

Para o advogado do Sindicato, outro ponto importante da Emenda



Legislação sobre aposentadoria é debatida em seminário

FOTOS: MANOEL MESSINA

Constitucional 41 é que em seu artigo 3º está garantido o abono de permanência aos servidores que façam a opção de permanecerem em atividade mesmo tendo completado as exigências para a aposentadoria voluntária. Também considera importante a emenda constitucional nº 47, de 2005, que permitiu a compensação para cada ano de serviço contribuído a mais, a redução de um ano no requisito de idade, porém passou a exigir o tempo mínimo de 25 anos de serviço público, além dos 10 anos na carreira e cinco de cargo exigidos pela EC 41.

No encerramento de sua palestra, o advogado do Sinsprev/SP ressaltou que os servidores devem levar em consideração alguns fatos antes de se aposentarem. Primeiramente evitar a aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade, proporcional ao tempo de serviço, perdendo a paridade, passando a ter seus vencimentos reajustados pelo Regime Geral. Assim o servidor antes de completar essa idade deverá procurar a sua aposentadoria voluntária, cumprindo os requisitos da emenda 47 ou da emenda 41, mas evitando o artigo 2º da emenda 41, que também é prejudicial ao servidor. Caso verifique que

falta tempo de serviço, deverá procurar averbar possíveis tempos de serviço, anteriores ao vínculo público, a conversão do período insalubre celetista, hoje nos termos da Orientação Normativa nº 15, de 2013.

Como regra geral, pois cada caso deve ser analisado individualmente, o servidor deve optar pela aposentadoria voluntária nos termos da EC 47/2005. Entendendo que haverá uma redução dos seus proventos devido a redução de 50% da gratificação, a retirada do auxílio transporte, vale alimentação e do adicional de insalubridade.

É muito importante que o servidor planeje sua aposentadoria antes de requerê-la, tanto para cumprir os requisitos, como para adequar a sua vida dentro do novo orçamento.

### APOSENTADORIA ESPECIAL

Como até o momento não foi regulamentado a aposentadoria especial dos servidores públicos, a possibilidade dessa aposentadoria com 25 anos de serviço em atividade insalubres, perigosa ou penosa fará com que o servidor perca a paridade, saindo da carreira com reajuste pelo Regime Geral.

## Ato público em reunião de chefes

**O** Sinsprev/SP, sua Delegacia Regional em Campinas juntamente com um grupo de servidores realizaram manifestação, em 11 de novembro de 2014, em reunião dos chefes das divisões de benefícios das Gerências Executivas do INSS no Estado de São Paulo, na cidade de Campinas, ocupando a sala de reuniões com faixas e manifestando os principais problemas enfrentados pelos servidores do Instituto.

A manifestação surtiu efeito e no mesmo dia a diretora de Benefícios do INSS, Cinara Wagner Fredo, recebeu o Sinsprev/SP e a Delegacia Regional de Campinas que expuseram as péssimas condições de trabalho no Instituto que tem se transformado em verdadeira "fábrica de doentes" por levar diversos servidores ao limite de sua saúde física e mental por serem obrigados a cumprir metas absurdas para não sofrerem redução salarial e, no caso das Agências, perderem o turno estendido. Ao final da reunião foi protocolado documento contendo a pauta de reivindicações da categoria.



## NACIONAL

# Plenária Nacional debate rumos da mobilização da categoria

*Servidores de diversos estados do país, dentre eles os de São Paulo, realizaram Plenária Nacional, convocada pela Fenasps, no dia 14 de novembro de 2014, para discutir e deliberar o enfrentamento diante da crise que se avizinha e da retirada de direitos que o governo quer impor aos servidores federais:*

Considerando que existe a necessidade de construir um movimento que responda a um dos maiores ataques já feitos aos servidores, principalmente o direito de exercer seu trabalho sem estar sob ameaça, ou coação, de ter que perder seu patrimônio acumulado durante uma vida pelo simples fato de vir a ocorrer eventual erro na concessão de algum benefício previdenciário. Fatos comprovados por inúmeros casos de injustiças contra servidores que por um erro nos sistemas não confiáveis da Previdência, seja o Prisma ou nos dados da Dataprev, centenas de servidores estão sendo intimidados hoje a devolverem aos cofres da Previdência valores absurdos que vão de 10 a 500 mil reais.

Diante deste cenário no qual os servidores têm que atender 10 milhões de segurados que procuram o "atendimento espontâneo", além dos mais de 5 milhões de agendamentos anuais, por mais que as entidades insistam, apresentem proposta de soluções o governo até agora não apresentou nenhuma proposta para solucionar os problemas de atendimento, que vão desde o assédio moral para cumprimento das metas, com a pressão para atender no tempo, que algum iluminado do alto escalão que não conhece sequer o funcionamento de uma APS, convenceu o ministro da Previdência a implantar o atendimento por tempo oscilando entre 5, 10, 15, 30 minutos, um absurdo totalmente fora da realidade. E desta forma muitos ocupantes de cargos desprovidos de qualquer conhecimento de gestão exigem que os servidores deem cumprimento a essa orientação equivocada e fora de propósito.

Portanto, a Fenasps orienta a todos os servidores a cumprirem a lei, pois a instituição não dará apoio, caso cometam algum erro em um processo de be-

nefício em razão de atender por tempo.

Os trabalhadores da Seguridade Social estão em luta pela regulamentação da Jornada de Trabalho de 30 horas para todos os servidores, pela realização de concurso público, contra o desmonte do Ministério do Trabalho pelo projeto do Sistema Único do Trabalho (SUT) e pela implantação de uma nova tabela salarial.

Avaliando os desdobramentos de uma conjuntura tão complexa com a reeleição de Dilma que já apontou para onde vai caminhar o governo: aumentou os juros, pretende reduzir o pagamento dos benefícios previdenciários e seguro-desemprego, fazer nova reforma na previdência e cortar gastos, ou seja, implantar um congelamento salarial aos Servidores Públicos, que vai exigir a construção de uma ampla unidade com os setores em luta.

1. Isso posto, os delegados presentes na Plenária Nacional da Fenasps, aprovaram orientar os Sindicatos filiados à federação pela realização do Dia Nacional de Luta, 26 de novembro/14, na Saúde, Funasa, Anvisa e Ministérios da Previdência e do Trabalho e Emprego, preparando greve por tempo indeterminado para o próximo período.

#### Eixos centrais de luta:

-Revogação imediata da IN 74 e mudanças no processo de trabalho implantando sistema de revisão do INSS;

-Incorporação das gratificações produtivistas;

- 30 horas para todos;

- Melhores Condições de Trabalho;

- Concurso Público urgente.

2. Considerando que após análise, a Instrução Normativa 74/2014 contém uma série de questões que implicam na necessidade de mudanças nos processos de trabalho na Instituição, já diversas vezes apresentados pela Fenasps junto à Direção do INSS, foi aprovado na

Plenária Nacional orientar os servidores para se manifestarem no site institucional pela revogação da IN 74 e exigir mudanças no processo de trabalho no INSS;

3. Indicar nos Fóruns dos Servidores Públicos Federais a construção de grande mobilização do conjunto dos servidores federais - a realizar antes do dia 1º de maio/2015 - Dia do Trabalhador;

4. Confeccionar e enviar aos sindicatos um Manifesto explicando à categoria sobre o conteúdo e riscos contidos na IN 74/14 e, também, Nota Técnica construída pela Assessoria Jurídica da Federação;

5. Propor no Seminário Nacional dos Servidores Públicos Federais a realização de Seminário para discutir os ataques aos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por meio da criação do SUT, os problemas contidos na IN 74 e a Lei de Greve;

6. Realizar reunião, no dia 3/12, como diretores da Fenasps que estiverem em Brasília, para avaliar o processo político e as negociações em curso;

7. Construir um Fórum para discutir condições de trabalho e mudanças Infraconstitucionais (Projeto do SUT e IN 74);

8. Intensificar a luta contra a aprovação do Projeto 4330/2004, que permite a terceirização em todos os níveis de trabalho que conta com o apoio de amplos setores conservadores do Congresso Nacional. É um ataque direto aos Serviços Públicos;

9. Todo apoio e solidariedade ao Sinsprev/SP que está sendo atacado em sua representação sindical por ação da CUT e os setores governistas para interferir na organização sindical;

10. Que a Fenasps e os sindicatos estaduais fortaleçam a Luta em conjunto com os Servidores Públicos Federais

contra os Projetos sobre Direito de Greve, a exemplo do relatório do Senador Romero Jucá (Pmdb/RR) aprovado no dia 11 de novembro/14, pela Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição. Com a aprovação, o texto se torna um projeto, que ainda terá de passar pelos plenários da Câmara e do Senado. As discussões para a regulamentação da greve dos Servidores partiram de projeto apresentado pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (Psdb-SP) em 2011 (PLS 710/2011). Por conter pontos polêmicos, a exemplo da exigência de 80%, que foi reduzido para 60%, de percentual mínimo de funcionamento dos serviços essenciais durante as paralisações. O ano passado foi de luta das entidades que compõem o Fórum Nacional dos SPF e as centrais sindicais e estes projetos foram retirados de pauta, mas logo após as eleições gerais este tema está sendo colocado em pauta.

11. Repúdio contra a campanha difamatória realizada nas redes sociais da Anvisa e nos locais de trabalho, atacando trabalhadores do Posto de Santos que foram presos em operação da Polícia Federal. Aos servidores, deve ser preservado e assegurado o amplo direito de defesa e ao contraditório, de acordo a Constituição Federal.

Deliberado ainda o envio de documento ao Ministério da Saúde, Direção da Anvisa, Ministério da Justiça e Casa Civil exigindo punição a todos que praticaram o crime difamação;

12. Enviar moção de repúdio ao governo mexicano pelo massacre de 43 estudantes no Estado de Guerrero, sul do país, os quais supostamente teriam sido mortos pela polícia em conluio com matadores do crime organizado. Este foi uma das maiores barbáries praticadas pelo Estado e Crime Organizado, o narcotráfico.

**Exemplo do que o PT chama de guinada à esquerda**



## INTERIOR

## PIRACICABA

## Servidores paralisam atividades por melhores condições de trabalho

Os servidores da APS de Piracicaba paralisaram suas atividades entre as 12h e 13h, do dia 21 de novembro de 2014. A paralisação foi deliberada em reunião convocada pela Delegacia Regional do Sinsprev/SP. Para denunciar as precárias condições de trabalho impostas pelo INSS, os servidores percorreram as redondezas da Agência distribuindo Carta Aberta à População alertando que as lutas do movimento não são voltadas apenas para o bem da categoria, mas também para toda a população, pois o número reduzido de funcionários, falhas no sistema de informática

e na infraestrutura sobrecarregam os servidores não permitindo que prestem um atendimento digno e de qualidade aos segurados.

A mobilização conseguiu repercussão nos jornais da cidade. O Jornal A Gazeta de Piracicaba ressaltou as dificuldades enfrentadas no dia a dia dos servidores e a falta de reparos na APS que coloca em risco a vida dos trabalhadores e segurados, além de afetar todo o arquivo. O Jornal de Piracicaba também apresentou os problemas de infraestrutura, assim como a questão do baixo número de servidores para atender a alta demanda de serviços.



Servidores de Piracicaba reivindicando seus direitos

## DRACENA

## Mesmo cumprindo metas APS correu risco de perder o turno estendido



Sinsprev/SP em reunião com servidores da APS Dracena

As metas produtivistas impostas pela Administração do INSS, sem levar em consideração as precárias condições das Agências, têm causado situações no mínimo inusitadas, como a que está ocorrendo na APS Dracena que, em reunião com a gerente, tomou-se a decisão de retornar às oito horas a partir do dia 17 de novembro de 2014, embora todas as me-

tas tenham sido cumpridas.

A APS Dracena atende mais de 200 segurados por dia, abrangendo a população de diversas cidades da GEX Presidente Prudente e, inclusive, de outras Gerências. Em contrapartida, conta com apenas dez servidores nos guichês. Se diariamente o trabalho já é precário, a situação se agrava no caso de férias ou licença saúde de servidor, o que aconte-

ce com frequência, sobrecarregando excessivamente os demais.

Ao tomar conhecimento do problema, o Sinsprev/SP e sua Delegacia Regional em Presidente Prudente compareceram a APS Dracena, no início de novembro, reunindo-se com os servidores que acham injusto perderem o turno estendido, mesmo tendo cumprido todas as metas produtivistas. Os servidores elaboraram abaixo assinado posicionando-se contrários a implantação da jornada de 40 horas. A gerente e a chefe de Benefícios também participaram da reunião expondo os problemas estruturais da Agência e declarando que chegam a trabalhar 12 horas diárias.

Para tentar solucionar o impasse, o Sinsprev/SP e sua Regional procuraram o gerente e o chefe de Benefícios da GEX Presidente Prudente reivindicando soluções para os problemas enfrentados pela APS Dracena e protocolando o abaixo assinado dos servidores. Após a intervenção do Sinsprev/SP o gerente reuniu-se com os servidores da APS, ficando acertada a manutenção do turno estendido, o estudo para melhorar a vazão dos trabalhos e a reivindicação para o aumento do número de servidores.

Como se não bastasse a lógica meramente gerencial e produtivista que o INSS impõe aos seus trabalhadores, sem levar em consideração a precária infraestrutura dos locais de trabalho, que gera um clima de insegurança e assédio institucionalizado contínuo sobre os servidores, que nunca têm certeza de qual será sua jornada de trabalho e o seus salários no próximo ciclo, o INSS não respeita o que ele mesmo normatiza, ou seja, a manutenção das 30 horas com o cumprimento de metas. Sendo que a própria administração reconhece que a jornada de 30 horas, melhora as condições de trabalho e também reduz o adoecimento dos servidores.

O caso de Dracena é mais uma prova de que o INSS apenas está interessado em atender uma demanda crescente de trabalho, a custo do sofrimento e da humilhação dos seus servidores. Além de tudo, trata-se de um órgão que sempre muda as regras no meio do jogo, conforme for o seu interesse.

O Sinsprev/SP defende de forma intransigente a jornada de 30 horas semanais, direito conquistado em 1984 e luta contra a vinculação da jornada e do salário ao cumprimento de metas.

### Servidor:

### Atualize seu cadastro junto ao Sinsprev/SP

Algumas vezes o Sindicato tem dificuldade de localizar o servidor para enviar as correspondências de ações judiciais. A atualização pode ser feita no site do Sinsprev/SP, na sede ou nas Delegacias e Subsedes Regionais.



## INTERIOR

## CARAPICUÍBA

# Sabesp é informada de falta de água na APS por denúncia do Sinsprev/SP

A APS Carapicuíba ficou desabastecida de água por quase uma semana, deixando os servidores expostos a um ambiente totalmente insalubre. Após tomar conhecimento, no dia 13 de outubro de 2014, que desde o dia 6 de outubro, a Agência estava vivendo um caos, o Sinsprev/SP compareceu a APS constatando que não havia a menor condição dos servidores continuarem prestando atendimento, principalmente pela situação dos banheiros, além do forte odor que exalava do local.

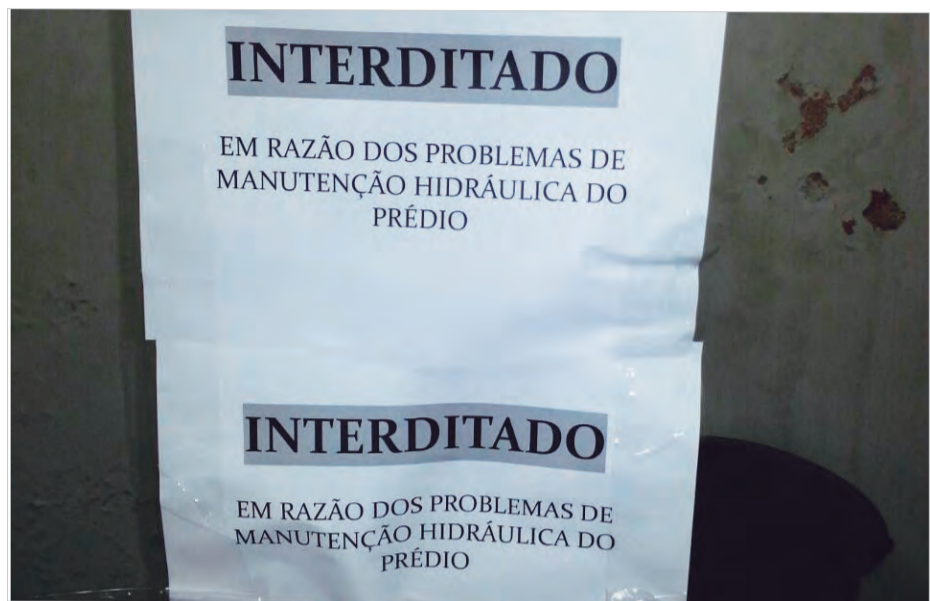
Os médicos peritos, sem condições de sequer lavar as mãos entre uma perícia e outra, não estavam realizando os atendimentos enquanto que os demais servidores continuaram trabalhando; cenário que obrigou a todos a utilizarem os banheiros do comércio vizinho.

Para tentar solucionar o problema, o Sinsprev/SP reuniu-se com o gerente da APS Carapicuíba, Eronaldo José da Silva, que se limitou a dizer que a falta de água só seria resolvida depois de

alguns dias. Por se tratar de uma questão de saúde pública, o Sinsprev/SP reivindicou o fechamento da APS até a solução definitiva do abastecimento, mas o gerente da Agência disse que essa decisão estaria fora de sua alçada e que só teria autorização para dispensar os servidores duas horas mais cedo, salientando que essas horas teriam de ser compensadas.

O Sinsprev/SP tentou resolver a questão com o gerente Executivo de Osasco, Glauber Daniel de Souza Belúcio, porém sua postura foi a de se recusar terminantemente a receber o Sindicato. Frente à intransigência do gerente Executivo, o Sinsprev/SP protocolou denúncia junto a Vigilância Sanitária de Osasco.

Por sua vez, a Vigilância Sanitária entrou em contato com a Sabesp para apurar a denúncia do Sindicato, onde foi constatado que a Sabesp não tinha conhecimento da falta de água na Agência, ou seja, em nenhum momento foi comunicada do fato e, por isso,



APS Carapicuíba tem banheiro interdito por falta de água

não tinha como atuar para solucionar o problema. Após o comunicado uma equipe técnica compareceu ao local detectando falhas na pressão de água no prédio do INSS e enviou caminhões pipa para amenizar o caso, sem qualquer ônus ao Instituto.

Dois dias depois das denúncias e da atuação do Sinsprev/SP o problema foi solucionado, sendo a situação normalizada. Mais uma vez, mostra-se o descaso das Gerências Executivas para com os servidores, evidenciando falhas de gestão no INSS.

## CAMPINAS

# GEX Campinas: intensificação da pressão para cumprir o IMAGDASS

O Memorando-Circular 33 DIR-BEN/INSS divulgou oficialmente o resultado do IMAGDASS referente ao mês de setembro. E, mais uma vez, a GEX Campinas apresentou o pior índice do Brasil, com 56 dias.

Isso significa que, por mais que os servidores se dediquem a atender os segurados em ritmos de trabalho alucinantes, o modelo de gestão implementado no INSS tornou-se insustentável. Ou seja, os trabalhadores do INSS já estão no seu limite do esgotamento físico e mental. Uma política de gestão suicida que, irresponsavelmente, arrasta todos os funcionários para o precipício. Assim, pela incompetência e insanidade de poucos, todos são penalizados.

É no mês outubro que a medição do IMAGDASS define o valor da gratificação produtivista pelo próximo semestre. A solução apresentada pela administração para manter a gratificação foi o aumento de trabalho. A Gerência junto com a Superintendência aumentaram o número de agendamentos para "criar" um acervo de processos de curto prazo no final de outubro, posteriormente analisados em um GT. Ou seja, para cumprir uma meta inatingível a solução é aumentar ainda

mais a carga de trabalho. A realidade, desta forma, mostra que o modelo de gestão do INSS é totalmente equivocado e muito distante da capacidade de trabalho e da infraestrutura das APS.

A "solução" encontrada pela administração surtiu resultado no sentido de impedir que os servidores da GEX Campinas tivessem seus salários rebaixados, mas para que isso ocorresse, a pressão para cumprir as metas produtivistas foi intensificada ao extremo, revoltando os servidores. Prova disso é o resultado final: se antes o IMAGDASS estava em 56 dias, contra os 45 do indicador, após a "intensificação do trabalho", ele caiu para 15 dias, ou seja, os servidores foram sugados ao máximo.

Os servidores da GEX Campinas estavam sendo pressionados desde o mês de abril pela Superintendência, através das figuras de Dulcina e Ricardo Ferro, para abrirem agendas muito acima da capacidade de atendimento. Chegaram, inclusive, a enviarem um feitor de Presidente Prudente para pressionar também os gerentes e, mesmo assim, os servidores correram sério risco de terem descontos nos seus salários, por mais que tenham se dedicado e trabalhado com afinco.

Ao invés de se extinguir a cobrança por metas e produtividade, a instituição dá carta branca aos gestores para burlar índices para continuar aparentando que está tudo bem e sob controle. É como querer apagar um incêndio com uma canequinha d'água.

Não é justo que os salários dos servidores fiquem a mercê deste modelo de gestão, comprovadamente ineficaz, que além de não resolver as demandas da população usuária ainda cria mais uma que é a redução salarial dos servidores. Isto gera a impossibilidade do servidor em honrar seus compromissos e também garantir seu sustento e de familiares.

O Sinsprev/SP condena todo e qualquer ataque aos direitos dos servidores, em especial sobre seus salários, e exige que sejam imediatamente suspensas tais medidas. Estas e as demais questões compõem a pauta da categoria nos fóruns onde suas entidades sindicais (Fenasps, Sinsprev/SP) se fazem representadas, como nos GTs e Mesas Permanente de Negociação, de modo que toda e qualquer discussão pertinente à vida funcional/financeira dos servidores deve ser permeada pelo diálogo, democrático e transparente.

Nossa campanha salarial está em curso e esta questão faz parte de nossa pauta de reivindicações nacional e não apenas regional; portanto fazemos apelo para que de fato se abram negociações concretas que busquem solucionar nossas demandas e não agravá-las.

Sem luta,  
não há conquista

- Pelo Fim do  
Assédio Moral;

- Não a qualquer forma de  
redução salarial;

- Incorporação da  
GDASS aos salários, já;

- Paridade entre ativos e  
aposentados;

- Pelo fim das metas  
inatingíveis;

- Fim do fator  
previdenciário  
e a alta programada.

## INTERIOR

### BAIXADA SANTISTA

# Rato morde servidor na APS Santos



Desrespeito com a coisa pública na APS Santos

**A**o manusear os arquivos um servidor da APS Santos foi surpreendido por um rato que teve como reação imediata morder seu braço, obrigando-o a procurar o serviço médico de urgência e iniciar tratamento com vacina antirrábica. Essa aberração ocorreu no mês de outubro de 2014, sendo relatada ao Sinsprev/SP, a sua Delegacia Regional na Baixada Santista e a Fenasps em reunião realizada no dia 4 de novembro de 2014.

Esse fato foi um dos principais pontos da reunião, uma vez que é o retrato da falta de condições de trabalho na Agência Santos, que chegou ao ponto de colocar em risco a saúde e a segurança dos servidores e segurados. Para debater essas questões, compareceu a reunião o chefe de Logística da Gerência Santos, Edson Barros Teixeira.

Em relação à presença de ratos, os servidores informaram que existe um acúmulo de entulho e lixo, além de uma árvore tombada apodrecendo no local, junto a um bueiro e, assim, propicia a proliferação de ratos, baratas e insetos. O chefe de logística informou que existe uma empresa responsável pela dedetização e que irá acioná-la para reforçar o trabalho em toda a APS e, ainda, retirará o entulho e a árvore

até final de novembro.

O Sinsprev/SP pode constatar que a questão não é tão simples, pois os arquivos de processos estão infestados por cupins que estão paulatinamente destruindo documentos dos segurados e, futuramente, poderá trazer sérios problemas aos servidores, uma vez que se a IN 74 não for revogada como exige o Sinsprev/SP e a Fenasps, a falta de documentos numa possível apuração de concessão indevida de benefício, certamente será responsabilizado o servidor pelos prejuízos ao erário.

Dentre as reclamações dos servidores está o ar condicionado que no último verão já apresentava problemas impedindo, inclusive, o funcionamento da APS, como denunciado pelo Sinsprev/SP à época.

O chefe de logística informou que novo equipamento foi adquirido com previsão de entrega e instalação até o dia 16 de novembro, se comprometendo a realizar a limpeza dos dutos antes do funcionamento do novo equipamento para que os resíduos tóxicos acumulados não contaminem o ar, causando problemas de saúde.

Questionado sobre a existência de alvará do corpo de bombeiros para o funcionamento da APS, o chefe de lo-



Ratos e cupins destroem arquivo na APS Santos

gística informou que 80% das Agências do INSS no estado de São Paulo não possuem alvará porque não conseguem cumprir todas as exigências, mas que a APS Santos “possui extintores”. Os servidores rebateram que não existe saída de emergência e todas as janelas encontram-se travadas para a segurança dos bens patrimoniais e em caso de incêndio ou tumulto poderá haver uma tragédia. O chefe de logística se comprometeu a fazer abertura de porta de emergência em até 40 dias e, ainda, verificar a possibilidade das janelas ficarem destravadas para serem abertas quando necessário, inclusive como ventilação no caso de quebra do aparelho de ar condicionado como ocorreu há poucos dias.

Os servidores também denunciaram que as baias de atendimento são em quase sua totalidade para canhotos e que isso tem causando problemas ergométricos graves. Outro problema apresentado é a não existência de água potável para consumo, pois o purificador tem água turva e com forte odor, obrigando os servidores a comprarem galões de água, porém para os segurados a única alternativa existente é a água fornecida pelo INSS. Também foi denunciado que há muito tempo a rede de água apresenta sujeiras decorrentes

da falta de limpeza da caixa de água e do encanamento antigo e enferrujado, além dos banheiros não possuírem janela ou qualquer tipo de ventilação.

O chefe de logística informou que desde que foram adquiridos os purificadores a Administração suspendeu a compra de galões de água. Para resolver o impasse, o Sinsprev/SP decidiu que irá realizar perícia na água fornecida pelo INSS para verificar se é própria para consumo, embora tenha cor turva e forte odor.

Os servidores também colocaram questões de segurança, principalmente relacionadas a alta programada. O chefe de logística comprometeu-se a entrar em contato com o responsável pela segurança para melhorar o atendimento.

Por fim, ficou decidido que os representantes dos servidores no local de trabalho e a Delegacia Regional do Sinsprev/SP na Baixada Santista irão acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos pela administração, ficando agendada nova reunião para o início do mês de dezembro quando a situação será reavaliada. Os servidores deliberam que, caso as condições na APS Santos não apresentem melhoras, eles discutirão a paralisação das atividades, como fizeram no início desse ano.

### JUNDIAÍ

## Nova Delegacia Regional

Os servidores da região de Jundiaí elegeram a primeira Diretoria da mais nova Delegacia Regional do Sinsprev/SP. Mais de 100 servidores compareceram a Assembleia para elegerem sua representação e reafirmarem a disposição de luta e mobilização.

A primeira Diretoria eleita da Delegacia Regional do Sinsprev/SP em Jundiaí é composta pelos seguintes servidores:

- Edmilson Antônio Denúncio
- João Luiz Leite
- Maria do Socorro Silva Bonfim
- Maria Iracema Leardine Bueno
- Maria José Mingoti
- Rodrigo Silva Ferraz Bonfim
- Sônia Russo Conti
- Keila Mara de Souza Leme
- Irma Aparecida

## REPARAÇÃO

# Consciência Negra: Racismo cordial e suas consequências



FOTOS: MANOEL MESSINA

Servidores de todo o estado lotam o auditório do Sinsprev/SP



Racismo e saúde da população negra são temas de debate

**O** racismo cordial que tenta esbranquiçar o negro brasileiro para submetê-lo ao padrão europeu foi dos pontos mais destacados no debate sobre a consciência negra promovido pelo Sinsprev/SP, em 21 de

população negra levando-a, muitas vezes, ao uso abusivo de álcool e drogas ilícitas. Segundo dados que apresentou, 80% do atendimento ambulatorial de saúde mental são de pretos e pardos, decorrência da vida social, laboral e do racismo.



Debate sobre a institucionalização do racismo nos serviços públicos

novembro de 2014, que também debateu as políticas públicas de saúde.

Os trabalhos foram iniciados com palestra sobre a influência do racismo nas políticas públicas de Saúde para a população negra, ministrada pela servidora Rosângela de Jesus que integra o Fórum Popular de Saúde de Barretos e trabalha no setor de Saúde da População Negra da Delegacia Regional de Saúde de Barretos. Segundo informou, apenas na década de 1990, após longos anos de luta do movimento negro, foram produzidos documentos regulamentando e elaborando planos e ações para a saúde da população negra. Informou que um dos principais resultados desse trabalho foi a descoberta de doenças que acometem diretamente a população negra, como a anemia falciforme, hipertensão e diabetes. Salientou que além das questões genéticas, a situação socioeconômica e educacional, juntamente com o racismo não declarado, destrói a autoestima da

Declarou que a população negra fica extremamente vulnerável porque, como o SUS não consegue promover seu princípio de universalidade, os negros têm o acesso mais dificultado. Comprovou sua afirmativa ao informar que recorte de raça e cor no Relatório de Saúde Brasil 2005 indica que mulheres negras grávidas morrem mais de hipertensão, de infecção por aborto do que as brancas e as crianças morrem mais de desnutrição. Apontou a existência de um racismo institucional nos serviços públicos, representando o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço adequado por causa de sua cor ou origem étnica. Frisou a importância de se implantar políticas no SUS muito além das normatizações, com olhar humanista, dando visibilidade a essa população e promovendo a equidade.

## QUILOMBO

O segundo palestrante, Fábio David Fonseca, do Quilombo Raça e Classe, filiado a CSP-Conlutas, iniciou os trabalhos declarando que considera o Sinsprev/SP um verdadeiro quilombo, por ser um local autônomo, de resistência e, conseqüentemente, importante na discussão do racismo e das questões do negro. Vinculou a história dos negros brasileiros a uma forma primitiva do capitalismo, iniciada com o tráfico para transformá-los em propriedade privada dos senhores de escravos.

Ao abordar o que chama de mito da democracia racial do Brasil, afirmou que caso não existisse realmente o racismo no país, não haveria a necessidade de se discutir as cotas como forma de tentar propiciar chances retiradas da população negra ao longo dos séculos.

## MISCIGENAÇÃO

O debate foi encerrado com a palestra do músico Gas-PA do Coletivo Hip Hop Luta Armada, do Rio de Janeiro, que fez questão de frisar a farsa da de-

mocracia racial, pautada na miscigenação, iniciada com os estupros das escravas pelos homens brancos. Para ele, hoje existe um “estupro mental”, principalmente para os negros de pele mais clara que têm dificuldade de se identificar enquanto negros. Declarou que seu reconhecimento como homem preto só seu deu aos 18 anos por meio do hip hop. Acusou a programação da TV como um dos fortes contribuintes para essa dificuldade de identificação, pois as camadas de menor poder aquisitivo têm apenas a TV como meio de lazer e dificilmente um negro tem destaque nos programas, novelas e telejornais.

Após os debates, os presentes assistiram a apresentação de capoeira e participaram de uma confraternização.

## HOMENAGEM

A Diretoria do Sinsprev/SP homenageou os militantes sindicais e do movimento negro Joel Orestes Brasil Soares, do Rio Grande do Sul, e Manoel Crispim Clemente Fores, do Rio de Janeiro, que faleceram nesse segundo semestre de 2014, deixando lacuna importante nos movimentos.



Grupo de capoeira se apresenta no Dia da Consciência Negra no Sinsprev/SP

## JURÍDICO

# GDASST Urgente

Muitos servidores aposentados do Ministério da Saúde que assinaram procuração para a execução da ação do Sinsprev/SP para a paridade da GDASST foram induzidos a erro e também assinaram procuração para um escritório que se apresenta como Assisprev, com isso esse escritório está ingressando na ação do Sinsprev/SP que já está em fase de liquidação.

A liquidação desse processo foi objeto de conciliação entre o Sinsprev/SP e a AGU para viabilizar o pagamento

em curto prazo, assim como ocorreu na ação do GDPST.

O servidor que deu procuração para a Assisprev estará automaticamente excluído da execução do Sinsprev/SP, correndo o risco de condenação de litigância de má fé, com condenação de até 20% do valor a receber e, ainda, terá de arcar com o pagamento de 30% de honorários a essa Assisprev.

Além disso, ao juntar procuração de diversos servidores, a Assisprev tumultua o processo de conciliação do Sinsprev/SP, tendo como consequên-

cia o atraso nos pagamentos, prejudicando todos os beneficiados por essa ação.

Para continuar no processo de execução da ação coletiva do Sinsprev/SP todos os servidores que assinaram procuração para a Assisprev ou outros escritórios com a finalidade de receber a paridade, devem procurar imediatamente o Departamento Jurídico do Sinsprev/SP, munidos dos documentos que assinaram para a Assisprev, para providenciar as medidas necessárias.

O Sinsprev/SP solicita aos servido-

res que ajudem na divulgação dessa informação para que não haja atrasos na execução, bem como nos pagamentos e, ainda, para não prejudicar os servidores que foram induzidos ao erro.

O Sinsprev/SP também alerta para o servidor não assinar documentos referentes a ações judiciais sem consultar o Departamento Jurídico do Sinsprev/SP para tirar dúvidas e evitar que fique a mercê desse tipo de abordagem que pode representar prejuízo no recebimento das ações já ganhas pelo Sindicato.

# Reposição das horas da Copa do Mundo

Aliminar proposta pelo Sinsprev/SP em Ação Civil Pública contra a reposição das horas não trabalhadas durante o período da Copa do Mundo de 2014 foi indeferida pela 6ª Vara Federal de São Paulo. O Sinsprev/SP agravou da decisão junto ao Tribunal, mas o desembargador federal Marcelo Saraiva negou o segmento em agravo.

O desembargador em sua decisão considerou a legalidade da Mensagem Nº 4554955, do MPOG, enviada pela secretária de Gestão Pública, Ana Lúcia Amorim de Brito. O comunicado orientava aos servidores, de forma abusiva, a realizarem a compensação das

horas não trabalhadas do período. De acordo com o desembargador, a fixação da jornada de trabalho do servidor público está sujeita aos interesses da administração pública.

Apesar da medida judicial ter sido proposta contra o INSS, somente o Ministério da Saúde e Anvisa continuam exigindo a reposição dessas horas.

Essa decisão não é de mérito e sim do pedido de liminar. O Departamento Jurídico do Sinsprev/SP está aguardando a sentença de 1º grau da 6ª Vara Federal de São Paulo para apresentar os recursos cabíveis.

O Sinsprev/SP reafirma sua posi-

ção de repúdio a esta cobrança abusiva, por entender ser uma injustiça, além de que as horas agora cobradas não estavam previstas na Portaria nº 113 de abril de 2014 que dispensou todos os servidores nos dias dos jogos da seleção brasileira e nas cidades sedes da Copa.

Cabe salientar que tal medida entra em conflito com direitos trabalhistas, uma vez que configura em horas trabalhadas fora do horário de expediente (horas extras); já que muitos foram obrigados a cumprirem no período da manhã e os que se sentiram impossibilitados tiveram descontos em seus salários; o que é mais uma arbitrariedade.

Embora a orientação normativa enviada aos estados determinassem estas reposições em serviço, e não em horas, muitos servidores compensaram em horas, até então não restituídas/créditos; representando assim carga horária abusiva/exaustiva, tão combatida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, porém descumprida pela própria administração pública federal.

O Sinsprev/SP aguarda decisão judicial da ação impetrada pela Fenasps e que a 6ª Vara Federal de São Paulo faça prevalecer o direito legítimo dos servidores, ou seja, a não compensação destas cobranças abusivas.

# Execução do PCCS plúrima

Conforme entendimentos junto ao escritório do advogado Joaquim Portes de Cerqueira César, responsável pelo processo do PCCS para os servidores do INSS na reclamação trabalhista 1571/89 encabeçada por Acácio Francisco Neto e para atender exigências da Vara de Execução do Trabalho, o Departamento Jurídico do Sinsprev/SP ficou responsável pela coleta das procurações e assinatura do contrato de prestação de serviços advocatícios e declaração que o servidor não possui ação judicial com o mesmo objeto.

Essa ação é somente para os servidores que constam da listagem divulgada no site do Sinsprev/SP ([www.sinsprev.org.br](http://www.sinsprev.org.br)) e não deve ser confundida com a execução do processo coletivo PCCS do INSS que já se encontra em andamento.

É importante alertar todos os servidores que integram essa ação que não poderão fazer parte da execução aqueles que têm processo com outro advogado, independentemente de haver recebido ou não os valores, pois caso isso ocorra o servidor poderá ser condenado por litigância de má fé e

arcar com condenação de até 20% dos valores da execução.

O servidor que estiver na listagem e que ainda não tenha recebido qualquer valor em relação ao PCCS e, também, não tenha ação com o mesmo objeto com outro advogado, deverá imprimir e preencher a procuração e o contrato advocatício, disponibilizados no site do Sinsprev/SP, e encaminhá-los ao Departamento Jurídico do Sinsprev/SP, aos cuidados do Dr. Cássio Lavorato, junto com cópia simples do RG e comprovante de endereço atualizado. Não é necessário reconhecimento de firma

em nenhum dos documentos. O endereço do Sinsprev/SP é Rua Antônio de Godoy, nº 88 – 2º andar, Centro São Paulo – SP – CEP: 01034-000.

A execução, conforme determinado pela Justiça do Trabalho, será encaminhada em grupos de dez autores.

O Departamento Jurídico do Sinsprev/SP acompanhará junto com o advogado do Escritório do Dr. Joaquim, o andamento dessas execuções e repassará as informações aos servidores.

Não existe prazo, mas é importante agilizar o envio dos documentos para que a execução seja o mais breve possível.

**JORNAL DO SINSPREV** - É uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo. - Filiado a Fenasps - **Jornalista responsável, editoração e diagramação:** Mila Natour (MTb: 18.196). **Estagiária:** Lygia Flores Domecildes. **Fotolitos e Impressão:** Editora Forma Certa. **Tiragem:** 23 mil exemplares. **Endereços:** **Sede Capital - Centro:** Rua Antonio de Godoy, 88 - 2º andar - Centro - Fone: (11) 3352-4344 - CEP: 01034-000 - E-mail: [sinsprev@uol.com.br](mailto:sinsprev@uol.com.br) - Site: [www.sinsprev.org.br](http://www.sinsprev.org.br) - **Sub-Sede de Guarulhos:** Rua Dr. Eloy Chaves, 208 - Vila Sorocabana - Guarulhos - SP - Fone (11) 2421-0175 - CEP: 07024-181 - [sinsprevguarulhos@uol.com.br](mailto:sinsprevguarulhos@uol.com.br) **Delegacia Regional de Araçatuba:** Rua Euclides da Cunha, 237 - Vila Bandeirantes - Fone/Fax: (18) 3625-9002 - CEP: 16015-495 - E-mail: [sinsprev\\_ata@yahoo.com.br](mailto:sinsprev_ata@yahoo.com.br) **Delegacia Regional da Baixada Santista:** Rua Sergipe, nº 1 - Gonzaga - Santos - CEP: 11065-001 - Fone (13) 3322-3028 - E-mail: [sinsprev.baixada@hotmail.com](mailto:sinsprev.baixada@hotmail.com) - CEP: 11065-001. **Delegacia Regional de Campinas:** Rua Delfino Cintra, 618 - Botafogo - Fone (19) 3325-4344 - CEP 13020-100 - E-mail: [sinsprev.campinas@gmail.com](mailto:sinsprev.campinas@gmail.com) **Delegacia Regional de Marília:** Paulino da Silva Lavandeira, 168 - Bairro: Fragata - CEP: 17501-250 Fone/Fax: (14) 3433-8159 - E-mail: [sinsprevmarilia@ig.com.br](mailto:sinsprevmarilia@ig.com.br) **Delegacia Regional de Piracicaba:** Av Armando Salles Oliveira, 642 - Centro - Piracicaba - CEP: 13400-005 - Fone/Fax (19) 3434-3309 e (19) 3371-4661 - E-mail: [delpiracicaba@gmail.com](mailto:delpiracicaba@gmail.com) **Delegacia Regional de Presidente Prudente:** Rua Francisco Machado de Campos, 503 - Vila Nova - Presidente Prudente - Fone (18)-3221-9859 - E-mail: [delegaciasinspp@hotmail.com](mailto:delegaciasinspp@hotmail.com) - CEP: 19010-300. **Delegacia Regional de Ribeirão Preto:** R. Amador Bueno, 983 - Centro - Ribeirão Preto - Fone/Fax (16) 3625-3228 - E-mail: [sinsprevrp@yahoo.com.br](mailto:sinsprevrp@yahoo.com.br) - CEP: 14010-070. **Delegacia Regional de Sorocaba:** Rua Jaçanã, nº 88 - Vila Jardim - Sorocaba - Fone (15) 3326-4340 - CEP 18044-220 - [sinsprev.sorocaba@hotmail.com](mailto:sinsprev.sorocaba@hotmail.com) **Sub-Sede de Barretos:** Rua Avenida 13, 570 - Centro - Barretos - SP - CEP: 14780-615 - (17) 3323-3674 - E-mail: [claudiojose.machado@bol.com.br](mailto:claudiojose.machado@bol.com.br) - [daysnascimento@yahoo.com.br](mailto:daysnascimento@yahoo.com.br) - [almeidajose@yahoo.com.br](mailto:almeidajose@yahoo.com.br) - **Delegacia Regional de São José do Rio Preto:** Rua Boa Vista, nº 971 - Boa Vista - São José do Rio Preto - Fone/Fax (17) 3215-3648 ou 3022-1628 - CEP: 15025-010 - São José do Rio Preto - SP - E-mail: [sinsprev-riopreto@ig.com.br](mailto:sinsprev-riopreto@ig.com.br) - **Delegacia Regional do Vale do Paraíba:** Rua Áurea, 62 - Centro - São José dos Campos - CEP: 12209-600 - Fone/Fax (12) 3923-9037 - E-mail: [sinsprev\\_vale@yahoo.com.br](mailto:sinsprev_vale@yahoo.com.br) - **DIRETORIA COLEGIADA - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO:** Gilceli Leite Lima (Licenciada), Felipe Radiante, Vanderlei Lemes da Silva. **SECRETARIA DE APOSENTADOS:** Evardo Rosa. **SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS:** Gilberto dos Santos, Gilmar Rodrigues Miranda, Jesiel Santo Silva. **SECRETARIA CULTURAL E DE POLÍTICAS SOCIAIS:** Diná dos Santos Neres, Rosalina Soares Ponedá, Vania Regina dos Anjos da França. **SECRETARIA DE DELEGACIAS E NÚCLEOS:** José Aparecido Antunes, Maria Aparecida dos Santos Santana, Maria Rodrigues do Amorim. **SECRETARIA DE FINANÇAS:** Irene Guimarães dos Santos, Nelson Novaes Rodrigues (Licenciado), Rita de Cassia Assis Bueno. **SECRETARIA DE FORMAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA E RELAÇÕES INTERSINDICAIS:** Eduardo Aparecido Franco, João Maia, Rita de Cassia Pinto. **SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO:** Cristiano dos Santos Machado, Filipe Augusto Gois Alves, Mario Jorge Ferreira. **SECRETARIA DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL:** Deise Lúcia do Nascimento, Maurício Ariovaldo Amalfi, Roberta Almeida Matarazzo. **SUPLENTES:** Claudio José Machado, Maria Noeme de Jesus, Nilton Ribeiro de Macedo, Sueli Domingues. **CONSELHO FISCAL:** Ângela Lúcia Piva Ruiz Dias, Antônio Ubiratã Prado, Duílio Manoel dos Santos, Gilberto Silva, Ovídio Belarmino Vieira. **SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL:** Lucia Helena Darbo Facio, Maurício de Campos Moreira Lima.